

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**A PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO SOBRE A COEXISTÊNCIA DO  
TRADICIONAL E O URBANO EM ITAPOÃ - VILA VELHA, ES, BRASIL**

**IARA FRANCO LEONE**

**VILA VELHA**  
**JULHO / 2021**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**A PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO SOBRE A COEXISTÊNCIA DO  
TRADICIONAL E O URBANO EM ITAPOÃ - VILA VELHA, ES, BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

**IARA FRANCO LEONE**

**VILA VELHA**  
**JULHO / 2021**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

L583p

Leone, Iara Franco.

A pesca artesanal : um estudo sobre a coexistência do tradicional e o urbano em Itapoã - Vila Velha, ES, Brasil / Iara Franco Leone. – 2021.

64 f. : il.

Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2021.

Inclui bibliografias.

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal. 3. Urbanização.  
I. Rodrigues, Viviane Mozine. II. Universidade Vila Velha.  
III. Título.

CDD 363.70071

**IARA FRANCO LEONE**

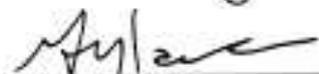
**A PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO SOBRE A COEXISTÊNCIA DO  
TRADICIONAL E O URBANO EM ITAPOÃ - VILA VELHA, ES, BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 22 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine – (UVV)**

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Manuela Vieira Blanc – (UFES)**

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Viviane Mozine Rodrigues – (UVV)**  
**Orientadora**

Dedico essa pesquisa aos pescadores e marisqueiras da comunidade de pesca artesanal de Praia de Itapoã, que continuam a exercer a atividade tradicional da pesca.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, especialmente ao meu pai, que me apoiou na decisão de continuar estudando e dar início ao mestrado, e a permanecer nesses dois anos intensos e deram o suporte necessário, principalmente durante a pandemia.

Aos meus amigos, que entenderam todas as vezes que precisei deixar de sair ou atender às chamadas de fim de semana para que pudesse trabalhar e estudar, e que sempre estiveram lá quando eu precisava descontraír.

À minha orientadora, Viviane Mozine Rodrigues, pela paciência, orientação e confiança na minha pesquisa. Agradeço também aos integrantes do Projeto Redes de Cidadania pelo apoio e trocas realizadas, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pelo compartilhamento do conhecimento durante as disciplinas.

E um distinto agradecimento aos colegas bolsistas do Projeto Redes de Cidadania, que permitiram que essa caminhada fosse um pouco mais leve, por todo o apoio e força. Seguimos juntos!

## SUMÁRIO

|  |             |
|--|-------------|
| <b>LISTA DE FIGURAS</b> .....  | <b>vi</b>   |
| <b>LISTA DE TABELAS</b> .....  | <b>vi</b>   |
| <b>RESUMO</b> .....  | <b>vii</b>  |
| <b>ABSTRACT</b> .....  | <b>viii</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>9</b>    |
| <b>2. ESPÍRITO SANTO: DA MONOCULTURA CAFEIEIRA AO URBANO</b> .....   | <b>15</b>   |
| 2.1. A construção de Vila Velha: um breve histórico .....  | 19          |
| 2.2. A urbanização e as políticas públicas urbanas de desenvolvimento .....  | 24          |
| <b>3. PESCA ARTESANAL, COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO:<br/>POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PESCA</b> ..... | <b>29</b>   |
| 3.1. As comunidades de pesca artesanal e sua relação com o tradicional .....   | 32          |
| 3.2. As comunidades tradicionais e sua relação com o território.....   | 36          |
| <b>4. COMUNIDADE PESQUEIRA DE ITAPOÃ: ONDE O URBANO E O TRADICIONAL<br/>SE ENCONTRAM</b> .....                       | <b>40</b>   |
| 4.1. Caracterização empírica da comunidade de pesca.....   | 40          |
| 4.2.A coexistência do tradicional e o urbano em Itapoã - Vila Velha, ES, Brasil .....                                | 42          |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>51</b>   |
| <b>6. REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>54</b>   |
| <b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA</b> .....  | <b>62</b>   |

## **LISTA DE FIGURAS**

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1.</b> Localização da comunidade pesqueira de Praia de Itapoã - Vila Velha....          | 11 |
| <b>Figura 2.</b> Ano de formação de alguns bairros de Vila Velha.....                             | 21 |
| <b>Figura 3.</b> Contraste entre edifícios e comunidade pesqueira na orla da Praia de Itapoã..... | 23 |
| <b>Figura 4.</b> Praia de Itapoã em 1981. ....  | 42 |
| <b>Figura 5.</b> Praia de Itapoã em 2021. ....  | 43 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1.</b> População do Espírito Santo e de Vila Velha.....                | 22 |
| <b>Tabela 2.</b> Comparação entre os Planos Diretores Urbanos de Vila Velha..... | 26 |

## RESUMO

LEONE, Iara Franco Leone, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, julho de 2021. **A Pesca Artesanal: um estudo sobre a coexistência do tradicional e o urbano em Itapoã - Vila Velha, ES, Brasil.** Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues

A presente pesquisa se predispõe a analisar a percepção dos pescadores artesanais e marisqueiras da comunidade de pesca de Praia de Itapoã, Vila Velha (ES), acerca das transformações decorrentes do processo de urbanização que impactaram a atividade pesqueira e o modo de vida tradicional da comunidade. A partir daí buscou-se trazer um breve histórico do processo de desenvolvimento e urbanização capixaba de modo a compreender o atual cenário da comunidade pesqueira a partir da perspectiva da transformação na ocupação do território. A pesca artesanal praticada na comunidade pesqueira é uma atividade tradicional transmitida há diversas gerações entre as famílias de pescadores e presenciou as mudanças decorrentes do aumento da população e do mercado imobiliário no bairro de Praia de Itapoã nas últimas décadas, principalmente a partir de 1980. Além da pesquisa bibliográfica e documental acerca do aspecto histórico da ocupação do território capixaba e sobre a pesca artesanal, foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas remotas com pescadores e marisqueiras de Praia de Itapoã. As entrevistas foram realizadas por vídeochamadas pela limitação imposta pela necessidade de distanciamento social, sendo utilizados também materiais de campo coletados pelo Projeto Redes de Cidadania nas visitas realizadas à comunidade. Por meio disso foi possível verificar uma tentativa de movimento de invisibilização e apagamento da cultura e tradição da pesca artesanal por diversos fatores e agentes, uma vez que os impactos à pesca artesanal são de origens diversas: desastres ambientais e atividades econômicas com grande impacto ambiental, concorrência desigual e desleal por parte da pesca industrial e tentativa de restrição da prática tradicional do beneficiamento do pescado na praia.

**Palavras chaves:** pesca artesanal, comunidade tradicional, urbanização.

## ABSTRACT

LEONE, Iara Franco, M.Sc, University of Vila Velha – ES, July de 2021. **Artisanal Fishery: a study on coexistence of the traditional practice and the urban life in Itapoã – Vila Velha, ES, Brazil.** Advisor: Viviane Mozine Rodrigues.

This following research predispose to analyse the perception from artisanal fishermen of Praia de Itapoã, Vila Velha (ES) fish community about the transformations due urbanization process that caused an impact on the community fishing activity and the traditional way of living. Thenceforth efforts have been made to bring a short historical context about the development and urbanization process in Espírito Santo in order to comprehend the fishing community current scenario on the perspective of the transformation on the territory occupation. The artisanal fishery perpetrated on the fishing community is a traditional activity passed on many generations inside the fishermen families and witnessed a lot of changes due the population growth and the real state market in the Praia de Itapoã's neighborhood on the last few decades, especially since 1980. Besides the bibliographic and documental research about the historical aspect on the territory occupation of Espírito Santo, it was conducted a field research with remote interviews with fishermen and *marisqueiras* from Praia de Itapoã. The interviews were accomplished by video calls because of the limitations imposed by social distancing, as well as field materials collected by Projeto Redes de Cidadania on the visits made to the community. Thereby it was possible to confirm an attempt to invisibilize and erase the culture and tradition of artisanal fishery for multiple factors: environmental disasters and economical activities with great environmental impact, disloyal and unfair competition on the part of industrial fishery and the attempt of restricting the traditional practices of fish beneficiation on the beach.

**Keywords:** artisanal fishery, traditional community, urbanization.

# 1. INTRODUÇÃO

A organização de uma sociedade perpassa vários aspectos, e dentro da organização político-administrativa um aspecto importante é a relação que se dá entre essa dada sociedade e seu território e urbanização, uma vez que a organização territorial e urbana é um importante fator para o exercício do poder, bem como para a realização do diagnóstico dos diversos grupos sociais e a implementação de políticas públicas específicas.

A construção e a organização do território implicam na concepção de uma dinâmica social, estruturada pela relação entre os indivíduos entre si, bem como com o próprio território. A forma como os sujeitos se distribuem pela extensão territorial, assim como a sua locomoção e os locais e instituições que frequentam possuem uma relação com a forma com que o território foi ocupado e a sua urbanização, o que também implica na interpretação que se dá ao contexto de cada bairro, cidade e região, habitado por determinados grupos sociais. A cidade é fruto dos processos sociais, econômicos, culturais, entre outros, nunca sendo um produto finalizado, uma vez que são processos dinâmicos que estão sempre se modificando (VALFRÉ; RIOS, 2019).

A relação entre os sujeitos e as instituições que o cercam influenciam a construção do território, assim como o território possui influência sobre os sujeitos e suas relações. O território é local onde se produzem as relações entre os sujeitos, influenciando a configuração das relações. O autor relaciona duas ordens de relação: a próxima, que se dá pela relação pelos indivíduos entre si ou entre os indivíduos e grupos relativamente organizados; e a ordem distante, que se verifica como as relações institucionais, como Estado e Igreja. Essas relações institucionais possuem um conjunto de significantes, sejam eles jurídicos ou culturais (LEFEBVRE, 2001).

O território, além de ser um fator intermediário entre os sujeitos sociais e as instituições, é também, por si só, um agente de influência, uma vez que é comumente utilizado como forma de manutenção das desigualdades sociais, além de ser um fator de segregação ou inclusão social, podendo ser moldado ao longo do tempo de acordo com os interesses sociais (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005).

E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que

constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como um lugar de exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999).

Desse modo, o território se modifica com o tempo e de acordo com o momento histórico, adaptando-se à realidade social, ao mesmo tempo em que a sociedade se adapta às mudanças territoriais, de forma que se trata de uma influência mútua, devendo ser um aspecto que deve ser analisado em conjunto aos demais aspectos sociais (LEFEBVRE, 2013; SANTOS, 1999).

[...] a ação dos agentes modeladores gera mudanças de conteúdos e/ou das formas das diversas áreas, de modo que os novos padrões de fragmentação do espaço urbano emergem, desfazendo total ou parcialmente os antigos, e criando novos padrões no que diz respeito à forma e ao conteúdo (LOBATO, 1993, p. 14).

A comunidade pesqueira localizada na Praia de Itapoã<sup>1</sup>, localizada na região litorânea de Vila Velha (ES), conforme mostrado no mapa da Figura 1, é uma comunidade antiga, que abriga famílias que estão há várias gerações que vivem da pesca artesanal e da mariscagem na região. A pesca praticada pelos membros da comunidade é uma pesca artesanal, repassada entre as próprias famílias através do conhecimento das gerações passadas, com instrumentos de confecção própria, com pouca utilização de ferramentas tecnológicas.

---

<sup>1</sup>A grafia do nome do bairro encontra divergência inclusive em documentos oficiais do município, normalmente sendo utilizada a grafia Praia de Itapuã. Aqui optamos por uniformizar a grafia ao longo do trabalho de forma a distinguir do bairro Itapuã, localizado em Salvador, Bahia.



Contudo, considerando que até um passado recente o bairro de Praia de Itapoã era pouco urbanizado, com apenas algumas exceções pontuais como a vila de pescadores, partiremos da perspectiva das transformações decorrentes do processo de urbanização.

O conceito e a visão da tradicionalidade trazidos nessa pesquisa partir da modernidade, partindo do ponto de as tradições são referentes a um passado e remetem ao atraso na cadeia de produção. O fato da pesca artesanal, como atividade tradicional, ser considerada de baixa escala faz com que exista uma ideia de que não gera riqueza, autonomia ou bem-estar. “Esses trabalhadores não são percebidos como produtores de riquezas” (KNOX, TRIGUEIRO, 2015, p. 29)

Para a modernidade, a tradição não estaria desempenhando mais nenhum papel eficiente na expansão do desenvolvimento humano incluindo a pesca praticada como trabalho e modo de vida (MENDONÇA, VALÊNCIO, 2007, p.108).

A dissertação foi estruturada de forma que em um primeiro momento serão abordadas as mudanças ocorridas no cenário capixaba durante o processo de urbanização e que influenciaram na atual composição urbanística e social atual e, conseqüentemente, no cenário em que está inserida a comunidade de pesca artesanal de Praia de Itapoã, acompanhada, logo após, de um capítulo com a caracterização da pesca artesanal, abordando também o histórico das políticas públicas voltadas para a pesca e, por fim, um capítulo que traz a perspectiva dos pescadores entrevistados acerca da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional inserida em um contexto urbano.

Para a concretização da pesquisa, em primeiro momento foram levantados dados bibliográficos e documentais acerca do processo de desenvolvimento econômico e urbano capixaba e sobre as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal. Tendo em vista grande parte dos materiais voltados para a ocupação do território vilavelhense se refere aos bairros como Paul, que tiveram grande participação durante a industrialização capixaba, foram utilizadas matérias jornalísticas publicadas que trazem relatos sobre a Praia de Itapoã.

A princípio foi considerada a aplicação da metodologia de História de Vida para a escuta da história da urbanização do bairro de Praia de Itapoã sob a perspectiva dos pescadores artesanais, porém, em virtude das limitações decorrentes da pandemia da COVID-19, em que não foi possível a realização do trabalho de

campo presencial, foram realizadas entrevistas remotas de forma *online* por meio de chamadas de vídeo. As entrevistas foram feitas a partir de cinco perguntas relacionadas com a pesca artesanal e as mudanças decorrentes da urbanização, sendo dada a oportunidade, ao final, de que o entrevistado falasse livremente com o que achasse pertinente complementar.

O formato escolhido para as entrevistas se deu pela dificuldade de se realizar à distância, como forma de facilitar o diálogo e deixar os entrevistados mais confortáveis em compartilhar as experiências. Todos os nomes utilizados são fictícios, como forma de manter a privacidade daqueles que participaram do trabalho de campo.

As pessoas entrevistadas foram escolhidas a partir dos pescadores e marisqueiras que estiveram presentes nas reuniões do Grupo de Ação Cidadã (GAC) do Projeto Redes de Cidadania<sup>2</sup>, uma vez que são pessoas que já possuíam algum contato com os pescadores, permitindo que as entrevistas pudessem ser realizadas, uma vez que não seria possível o contato diretamente na comunidade de pescadores em virtude das restrições do isolamento social.

Foi realizado um total de três entrevistas, sendo dois pescadores e uma marisqueira, escolhidos dentre os participantes do GAC, tendo sido realizado um contato prévio por chamada de telefone para que fosse realizada a apresentação da pesquisadora e explicada a pesquisa, bem como o objetivo das entrevistas, oportunidade em que foi agendado um horário para a realização de chamada de vídeo por meio do aplicativo *Whatsapp*, com o qual estão familiarizados.

Nesse primeiro momento houve um bom recebimento por parte dos entrevistados, principalmente de Maurício e João, que logo aceitaram marcar um horário para participar da pesquisa. A primeira marisqueira com quem foi tentado contato aceitou participar, mas não foi possível entrar novamente em contato no horário agendado e após algumas tentativas frustradas de contato, conseguimos o contato de Joana, que foi bastante receptiva, logo sendo agendado um horário para a entrevista.

---

<sup>2</sup> Este trabalho foi financiado pelo Convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Petrobras e a UVV-ES para execução do Projeto Redes de Cidadania, regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01 de 2010. O Projeto Redes de Cidadania é uma medida de mitigação exigida no processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, para os empreendimentos da Petrobras no ES.

A primeira entrevista a ser realizada foi a de João, feita pelo celular, mas devido a um problema entre o sistema operacional do aparelho e o aplicativo, o áudio da entrevista não foi gravado, apenas o vídeo. A situação foi explicada para o entrevistado, deixando claro que a entrevista apenas poderia ser utilizada de forma fiel às falas do entrevistado, desse modo, perguntamos sobre a possibilidade de realizar uma nova entrevista, uma vez que não poderia reproduzir a entrevista que o áudio se perdeu e seria de escolha do entrevistado participar novamente. O João aceitou participar de nova entrevista, de modo que todas as suas falas que estão presentes no trabalho foram retiradas dessa segunda entrevista.

Todos os entrevistados foram bastante receptivos com a pesquisa e demonstraram bastante interesse em participar, muitas vezes demonstrando satisfação e felicidade em ter a oportunidade de contar as suas histórias e sobre a pesca artesanal, uma parte tão importante das suas vidas.

## 2. ESPÍRITO SANTO: DA MONOCULTURA CAFEIEIRA AO URBANO

A urbanização no Espírito Santo iniciou-se a partir de uma crise financeira que ocasionou a migração da população do campo para as cidades à procura de novas oportunidades. O estado capixaba, por diversos fatores, como o lento crescimento da agricultura cafeeira e o baixo índice populacional do Espírito Santo, além da dificuldade de locomoção em virtude do pouco acesso à estradas e ferrovias e maior concentração da população nas zonas rurais, por exemplo, são alguns fatores que influenciaram o estado capixaba a não acompanhar o desenvolvimento dos demais estados da região, de modo que era considerado um estado periférico (SIQUEIRA, 2009).

O recorte temporal para o processo de urbanização do Espírito Santo neste capítulo é o século XX, especialmente a partir da década de 1960, período que teve maior influência na urbanização no bairro estudado.

O desenvolvimento econômico capixaba pode ser definido em três fases, denominados Ciclos de Desenvolvimento Econômico. O primeiro desses ciclos, compreendido no período de 1850 a 1960, baseou-se na monocultura mercantil de base familiar e pequenas propriedades. As principais atividades urbanas nesse período eram voltadas à atividade predominantemente agrícola com o beneficiamento e comercialização do café (CAÇADOR; GRASSI, 2009).

Até o final da primeira metade do século XX o Espírito Santo vivia uma situação de isolamento em relação às demais regiões brasileiras, agravada pela ausência de infra-estrutura disponível que viabilizasse condições de crescimento e maior integração nacional. A economia era estagnada e seus índices de crescimento eram pequenos em relação às médias do país. O grau de industrialização era inexpressivo e intimamente ligado à transformação de produtos primários (SIQUEIRA, 2009, p. 2).

A dinâmica econômica durante o período da cafeicultura não permitia grandes investimentos pela dificuldade de acumulação de capital e de diversidade de cultivo na agricultura, uma vez que boa parte da produção vinha de pequenos produtores<sup>3</sup>, além da flutuação no valor do café, o que acabava por ser um obstáculo para o desenvolvimento do estado (BITTENCOURT, 2011; CAMPOS JÚNIOR., 2002).

---

<sup>3</sup>As pequenas propriedades voltadas para a agricultura surgiram após os embargos internacionais sobre o tráfico de escravos no Brasil, que causou um grande impacto na economia do estado, em virtude de além de atuarem como mão de obra na cafeicultura, os escravos eram dados como garantia

Durante boa parte do século XX a agricultura cafeeira continuou a ser a base da economia capixaba, mesmo a dificuldade de investimentos e desenvolvimento do estado. Ocorre, porém, que houve na década de 1960 uma desvalorização do valor do café brasileiro no mercado internacional, além do grande estoque de café em armazéns do governo e contaminação de parte dos cafezais por pragas, o que, aliado ao grande montante de dívida externa resultante do governo de Juscelino Kubistchek, deu-se início a um novo processo de mudanças em 1960 com a política federal de erradicação dos cafezais (BITTENCOURT, 2011).

Essa política fez com que cerca 54% dos pés de café no Espírito Santo fossem erradicados sob a supervisão de funcionários do Instituto Brasileiro de Café, tendo sido paga uma indenização aos proprietários dos cafezais prejudicados pela medida. Em virtude disso, grande parte da mão de obra empregada pela cafeicultura, que representava parcela significativa dos trabalhadores capixabas, restou desempregada. Como consequência se deu início a um movimento de êxodo rural, principalmente em direção à capital capixaba e suas imediações, uma vez que a pecuária e demais culturas agrícolas não conseguiram absorver a demanda (GONÇALVES; CAMPOS JÚNIOR, 2009; RONCHI, 2014; SIQUEIRA, 2009; SCHAYDER, 2002).

A mudança no cenário capixaba com o aumento da população urbana foi de extrema importância para o desenvolvimento industrial que começava a tomar forma a partir dos investimentos que passaram a ocorrer nas décadas de 1960 e 1970. Foram criadas políticas de desenvolvimento econômico como o Fundo de Reparação Econômica do Espírito Santo, que desobrigava o pagamento de Imposto de Renda sob a condição de que fossem realizados investimentos em empreendimentos agrícolas e industriais, além de incentivos fiscais com o objetivo de atrair investidores para a região (SCHAYDER, 2002).

A partir de 1960 deu-se início ao 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico, que consistiu em duas fases, sendo a primeira no período de 1960 a 1975, com a transformação e transição da economia baseada na agro exportação focada no café para uma economia urbano-industrial. E uma segunda fase, de 1975 a 1990, com o

---

em empréstimos bancários. Com as restrições passou-se a contratar imigrantes europeus nas produções de café, e com o tempo esses imigrantes passaram a comprar pequenas porções de terra, de modo que houve uma valorização dessa propriedade, que substituiu os escravos como garantia (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

investimento nos Grandes Projetos Industriais e ampliação do mercado internacional (CAÇADOR, 2009).

Nesse mesmo período, em 1966, entrou em funcionamento o Porto de Tubarão, construído com a finalidade de ser um terminal mais avançado que pudesse comportar o aumento na exportação de minério. Isso permitiu a implementação de grandes projetos industriais no cenário capixaba, voltados para o setor da siderurgia, além da exploração de minério de ferro, celulose e madeira, bem como a criação do Centro Industrial de Vitória, o CIVIT, localizado no município de Serra (SIQUEIRA, 2009; SCHAYDER, 2002).

Outras empresas tradicionais passaram a ganhar espaço, como a Itapuã, no setor de calçados. A construção das hidrelétricas Rio Bonito em 1960 e a Suíça, em 1965, foram importantes para a expansão de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e a Aço de Vitória, além da criação da Braspérola, em Cariacica, que foram beneficiadas pela ampliação da infraestrutura da energia elétrica (BITTENCOURT, 2011).

A partir desse processo de industrialização ocorreram dois fenômenos na urbanização capixaba:

1) verticalização da área central de Vitória e de porções norte e leste da capital e, posteriormente, da orla de Vila Velha, como resultado da apropriação do espaço urbano pela incorporação imobiliária, que se consolida a partir dos anos 1970; 2) expansão periférica enquanto lugar onde a população migrante com menos recursos encontrou condições de se reproduzir, seja a partir de ocupações de áreas ambientalmente frágeis, de conjuntos habitacionais (financiados pelo antigo BNH) ou de loteamentos populares distantes das áreas mais bem servidas de infraestrutura (GONÇALVES; CAMPOS JÚNIOR, 2009, p. 5).

A implementação dos Grandes Projetos Industriais, plantas industriais que produziam, principalmente, a matéria prima bruta, foram cruciais para o desenvolvimento econômico capixaba<sup>4</sup>. Esses investimentos, porém, não foram realizados em conjunto com um planejamento social e urbano, de modo que o aumento populacional ocasionou uma amplificação das desigualdades sociais, com o aumento das periferias e da especulação imobiliária, principalmente na região

---

<sup>4</sup> Nesse período foram criadas indústrias como a Samarco, Aracruz Celulose, CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), além da ampliação da Companhia Vale do Rio Doce, ou seja, empresas voltadas para a produção de commodities.

litorânea, principalmente por se tratarem de atividades de alto impacto econômico e ambiental (GAVA, 2016, CAÇADOR, 2009).

As políticas governamentais, em todas as suas esferas, eram predominantemente voltadas para o desenvolvimento industrial em detrimento dos investimentos sociais. A partir da década de 1970 passou-se a elaborar os Planos Nacionais de Desenvolvimento, com o objetivo de nortear as políticas econômicas a partir de um planejamento previamente estabelecido. O sucesso dessas medidas como o pontapé para o desenvolvimento do processo de urbanização no final da década de 1960 fez com que o período de 1968 a 1974 ficasse conhecido como o Milagre Brasileiro. Os avanços nesse setor estenderam-se pela a década de 1980, com grande crescimento do mercado imobiliário (GAVA, 2016; MATOS, 2002; SCHAYDER, 2002; BITTENCOURT, 2011).

A partir de 1990, com o início do 3º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do estado, houve uma ampliação das empresas para novos seguimentos, mas ainda concentrados nos *commodities*<sup>5</sup>. Em meados dos anos 90 houve o crescimento da extração de petróleo e gás, principalmente com a constatação do pré-sal, após uma quase interrupção das atividades no litoral capixaba. Com o crescimento e desenvolvimento do setor das indústrias voltadas para a produção de *commodities* ampliou-se o investimento para o setor de comércio exterior, com a exportação desses produtos para o mercado internacional (CAÇADOR; GRASSI, 2009).

O Espírito Santo continua a ter a sua economia predominantemente dominada no setor industrial e comércio exterior, principalmente voltado para *commodities* (CAÇADOR; GRASSI, 2009), atividades que, juntamente com o crescimento populacional e urbano, atingem diretamente a prática da atividade pesqueira e, conseqüentemente, a sua atividade tradicional, como será apresentado a partir dos próximos capítulos.

---

<sup>5</sup> *Commodities* são produtos com características padronizadas que podem ser armazenados por longos períodos de tempo e podem ser transportados com facilidade. Normalmente são matérias primas que são armazenadas e negociadas em larga escala (PEREIRA, 2009).

## *2.1. A construção de Vila Velha: um breve histórico*

A urbanização do município de Vila Velha teve bastante impacto das políticas de desenvolvimento que ganharam força após o crescimento da industrialização no Espírito Santo.

A ocupação e a urbanização no município se concentrava, principalmente, em bairros como Paul, São Torquato e Vila Batista, pela proximidade com as estradas de ferro e a área portuária, onde se realizava o escoamento do minério de ferro pelo terminal portuário de Paul, além do bairro de Argolas, em virtude do terminal da Estrada de Ferro Leopoldina (OLIVEIRA; MOREIRA; LYRA, 2005; TAGARRO, 2018).

A construção da Rodovia Carlos Lindenberg, em 1950, foi fundamental para a ocupação do espaço canela-verde e desenvolvimento de bairros como Santa Inês, Ibes e São Torquato, principalmente pelo aumento da utilização dos ônibus em detrimento de sistemas de transporte como o hidroviário, além conexão com as Cinco Pontes, ligando à Vitória (CHALHUB, 2009; SANTOS, 2009).

Até então a cidade não possuía altos índices habitacionais e pouca infraestrutura para tanto. Nas décadas seguintes, com o aumento do processo migratório decorrente dos projetos de industrialização e desenvolvimento do Espírito Santo, houve um aumento populacional que não foi acompanhado pelo desenvolvimento das infraestruturas para acomodar a população. (VALFRÉ, RIOS, 2019).

A cidade de Vitória concentrava as principais atividades produtoras e dependia dos municípios vizinhos como forma de fornecer o suporte necessário para o seu desenvolvimento. Aliando-se ao baixo custo habitacional mantido por Vila Velha, principalmente comparando-se à capital, favoreceu que a cidade canela verde se tornasse uma cidade-dormitório, acomodando diversos trabalhadores dos empreendimentos de Vitória, principalmente com a construção dos acessos que ligavam a ligam à capital (GAVA, 2016; SCHAYDER, 2002).

Com a iminência do inchaço populacional pelo qual o município passava durante o período das décadas de 1970 e, mais intensamente em 1980, aliado à falta de planejamento para acolher a essa demanda e à característica de cidade-

dormitório<sup>6</sup>, popularizou-se a política habitacional como forma de atender a população com habitações de baixo custo (GAVA, 2016; OLIVEIRA; MOREIRA; LYRA, 2005).

Entre 1960 e 1990 Vila Velha amplia sua função de cidade portuária e dormitório. Ocorre a expansão do porto através da implantação do Cais de Capuaba e das áreas habitacionais através da construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia, mas principalmente a ocupação de loteamentos e terrenos em áreas alagáveis que foram sendo aos poucos aterradas, drenadas e urbanizadas formando extensas Favelas (assentamentos subnormais). (OLIVEIRA; MOREIRA; LYRA, 2005, p. 10949).

Na década de 1980 houve a primeira regulamentação do parcelamento do solo, ou seja, passou a ser regulamentar espaços territoriais destinados à construção. A política habitacional, protagonizada principalmente pela Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) e pelo INOCOOPES<sup>7</sup>, teve continuidade nesse período, principalmente por meio de cooperativas habitacionais voltadas para a população de baixa renda com a construção de conjuntos habitacionais (GAVA, 2016).

Ocorre, porém, que a medida não foi capaz de atender toda a demanda populacional, sendo uma política pública sem estratégia, sendo moldada de acordo com os interesses dos produtores de habitação. A inabilidade das políticas habitacionais de abarcar a população, além da falta de infraestrutura básica no município e da ação de movimentos sociais promoveu a ocupação o território de forma desordenada (GAVA, 2016; TAGARRO, 2018).

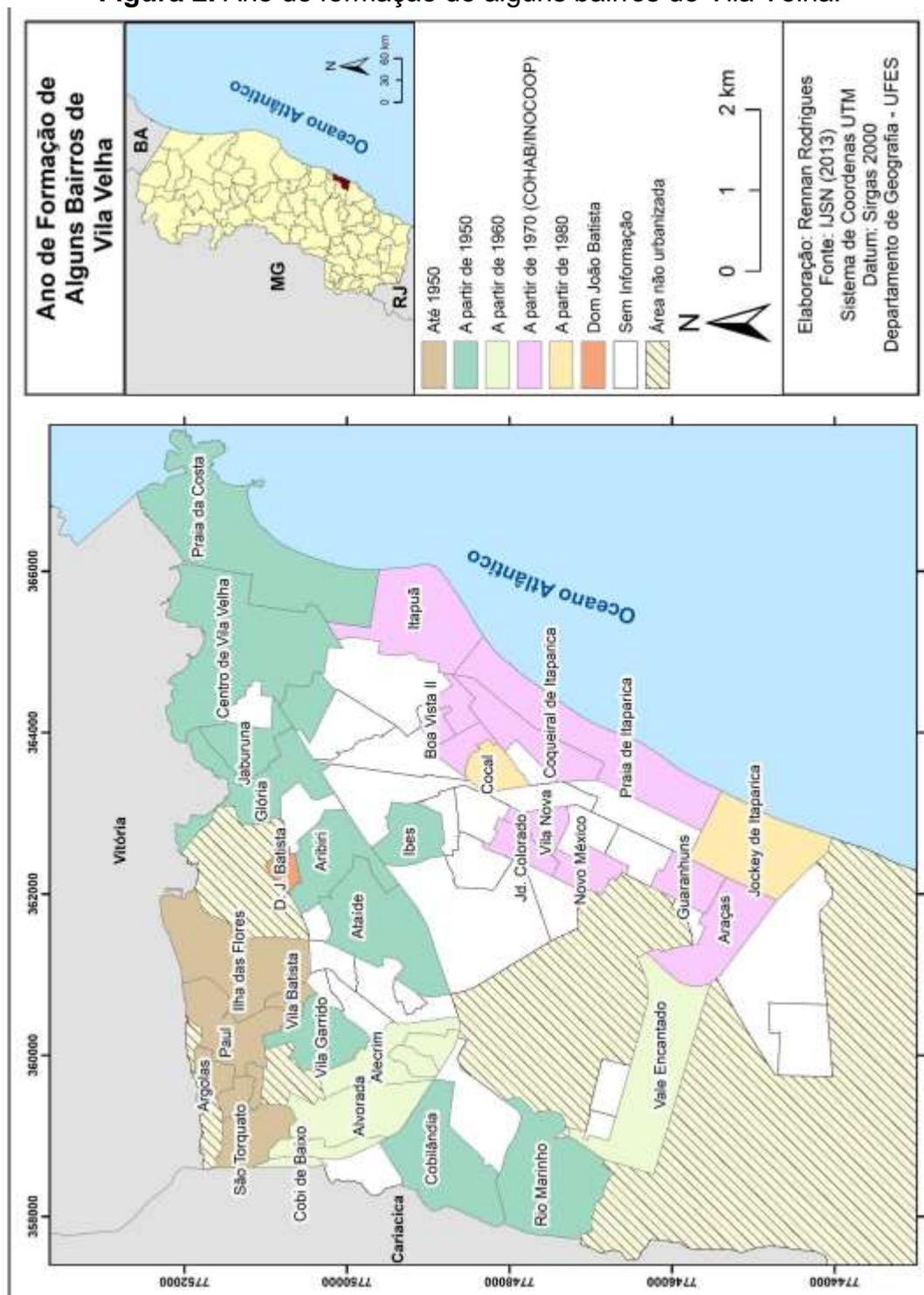
Essa ocupação ocasionou a criação de bairros como Terra Vermelha, Riviera da Barra e João Goulart, como é possível perceber na Figura 2, distantes da região central do município e que ainda englobam grandes parcelas da população carente de Vila Velha, sendo uma região periférica e desvinculada do centro, com uma deficiência na infraestrutura básica, além do transporte e saúde (GAVA, 2016; VALFRÉ; RIOS, 2019).

---

<sup>6</sup>A cidade-dormitório é caracterizada por abrigar uma população que majoritariamente trabalha em outro município, de modo que os seus residentes se deslocam para trabalhar, retornando ao fim da jornada para descansar (LAGO, 2007).

<sup>7</sup>O Inocoopes é uma instituição que possui como objetivo facilitar a formação de cooperativas habitacionais por meio de assessoria e gestão do projeto, contrato e outros elementos, desde o momento da constituição até a entrega dos imóveis (INOCOOPES, 2021).

**Figura 2.** Ano de formação de alguns bairros de Vila Velha.



Fonte: TAGARRO, 2018, p. 27

Mas o aumento da população passou a ocorrer sobretudo a partir da década de 1980, com a iminência da construção da Terceira Ponte. A partir de 1990 percebeu-se um aumento nas habitações verticalizadas, principalmente nas regiões próximas à orla, em contraposição às construções que seguem o padrão de horizontalização nas regiões dos bairros centralizados e periféricos (CHALHUB, 2009; RAMOS; PALHANO; RAMOS, 2019; SANTOS, 1999; VALFRÉ; RIOS, 2019).

A região litorânea de Vila Velha é atrativa para a elite de Vitória desde 1930, em virtude da sua beleza. Nesse período, porém, sua ocupação foi lenta e de acordo com o interesse dos proprietários, visto que ainda não existia uma legislação que coordenasse a ocupação local. Com a construção da Terceira Ponte, inaugurada em 1989, os bairros da Praia da Costa e Praia de Itapoã passaram a ter um grande aumento populacional, (CHALHUB, 2010; GAVA, 2016).

A situação hoje da orla de Vila Velha encontra-se em um momento decisivo. Ou a cidade aceita o modelo de ocupação imposto pelos agentes e atores do capital imobiliário, ou esforça-se para limitar o raio de atuação destas empresas no trecho de orla entre Praia da Costa a Itaparica. Caso contrário, em pouco tempo irá conviver com um modelo de ocupação da orla bastante homogêneo e sem atributos naturais. Instrumentos legais existem, porém, sua adoção pressupõe uma declaração de “guerra” com o capital imobiliário, que insiste em burlar as regras impostas e ameaça a administração pública local prometendo dirigir seus investimentos para outras localidades (RAMOS, 2009).

O bairro de Praia de Itapoã, onde se encontra nosso local de estudo, é localizado na região da orla do município, estando, portanto, em uma região que vem passando por um processo de especulação imobiliária, que vem ocorrendo, principalmente, a partir do início dos anos 2000 (CELANTE, 2014).

As mudanças que ocorreram na região nas últimas décadas são bastante perceptíveis, principalmente se levarmos em consideração o aumento populacional. Entre 1980 e 2010, segundo os dados do IBGE, a população de Vila Velha dobrou, tendo um crescimento populacional acima da média em relação ao estado, conforme a Tabela 1:

**Tabela 1.** População do Espírito Santo e de Vila Velha.

|                       | Espírito Santo | Vila Velha |
|-----------------------|----------------|------------|
| Censo 1980            | 2.023.338      | 203.401    |
| Censo 1990            | 2.600.618      | 265.586    |
| Censo 2000            | 3.097.232      | 345.965    |
| Censo 2010            | 3.514.952      | 414.586    |
| Crescimento 1980-2010 | 42,43%         | 50,97%     |

**Fonte:** elaborado pela autora, com base nos dados dos censos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2011)

Pela Tabela 1 é possível verificar que a população de Vila Velha cresceu num ritmo mais acelerado em comparação com o crescimento do Espírito Santo no período entre 1980 e 2010, o que pode ser explicado pela absorção do contingente

populacional por parte do município, principalmente após a construção da Terceira Ponte, reforçando a sua característica de cidade-dormitório da capital capixaba.

O bairro de Praia de Itapoã sofreu diversas modificações com o aumento da população e a verticalização, principalmente com o processo de especulação imobiliária. Essas mudanças afetaram diretamente a vida dos pescadores artesanais que já residiam ali, uma vez que houve uma alteração no padrão econômico da região, de modo que muitos desses pescadores mudaram-se para outros bairros da cidade. Essas mudanças ocorrem a partir de um processo de urbanização da região, com o recuo das moradias mais simples dos pescadores em detrimento dos grandes edifícios residenciais, conforme pode ser observado na Figura 3 (CELANTE, 2014, ARAÚJO, SASSI, LIMA, 2014).

**Figura 3.** Contraste entre edifícios e comunidade pesqueira na orla da Praia de Itapoã.



Fonte: acervo da autora, 2021

Na foto acima é possível notar a diferença que existe entre as casas pertencentes aos pescadores artesanais e os edifícios no entorno, contraste existente inclusive no aspecto paisagístico das construções, criando uma discrepância entre os ambientes.

Com o crescimento exponencial da população nas últimas décadas não foi possível absorver os novos moradores de forma preparada, com investimento público insuficiente, de modo que a ocupação do território não se deu de forma organizada, gerando diversas consequências sociais. Abaixo iremos analisar as políticas públicas urbanísticas e de desenvolvimento, em especial na região onde se encontra a comunidade de pesca artesanal de Praia de Itapoã.

## *2.2. A urbanização e as políticas públicas urbanas de desenvolvimento*

A produção do espaço e a regulamentação do território seguem uma lógica econômica, cujo principal objetivo é a obtenção de lucros. O espaço e o tempo, no seu aspecto social, são produtos, no sentido de que a produção do espaço e do tempo como ações humanas passíveis de serem comercializadas. O espaço é produto comercializável, mas também é fator de intervenção na própria produção (LEFEBVRE, 2013).

As políticas públicas de desenvolvimento abarcam uma gama de setores e afetam a população de diversas formas. O investimento público em aparatos urbanos é limitado às verbas disponíveis para tanto, de modo que sua distribuição é desigual em todo o território, havendo regiões mais bem equipadas em relação às demais. Essas políticas se apoiam nas parcerias público-privadas, com o objetivo de se alcançar um retorno econômico imediato a partir da especulação e da expectativa de atração de mais capital privado (HARVEY, 2005; CYMBALISTA, 2006).

Estes serão os locais mais valorizados da cidade, significando a transferência dos investimentos realizados pelo Poder Público para os preços da terra. Essa transferência causa impactos diferentes ao incidir sobre diferentes partes da cidade: nas áreas ricas, acaba valorizando ainda mais patrimônio daqueles que já detêm o capital imobiliário mais significativo. Já nas partes mais pobres, quando o investimento público chega – em geral, muitos anos após a chegada da população –, a valorização fundiária acaba expulsando aqueles que não sobem de padrão de vida conforme os assentamentos se qualificam (CYMBALISTA, 2006, p. 282).

O planejamento estratégico da cidade, que vem ganhando força a partir da década de 1990, é realizado de forma a priorizar a criação de uma imagem da cidade,

com o intuito de atrair o capital privado para futuros investimentos. O papel do Estado, portanto, passa a ser a criação de *marketing* para a cidade, reforçando a ideia da cidade como um produto. Aliando a intensificação da urbanização à incapacidade do Estado em arcar com a intervenção física por meio das desapropriações e remoções, o papel estatal passou a focar na intervenção por meio de regulações, com a criação de leis e normas para a construção da cidade com base na cidade idealizada (RODRIGUES, 2007; CYMBALISTA, 2006; AMICO, 2018).

Os problemas advindos da urbanização, como a segregação espacial, são tidos como causas e como desvios de um modelo de urbanização cujo pressuposto é uma cidade ideal.

Na cidade ideal não haveria problemas de moradia, de transporte, de escolas, postos de saúde e hospitais, poluição, entre outros. Na cidade ideal, objeto e objetivo do planejamento de prancheta, espera-se que os trabalhadores "desapareçam" após a jornada de trabalho<sup>2</sup>. No entanto, na cidade real, os trabalhadores não são invisíveis, os trabalhadores e os problemas não desaparecem, mas pelo contrário, são visíveis e para ignorar as causas são tidos como causadores dos problemas a que estão submetidos (RODRIGUES, 2007, p. 75).

O empreendedorismo urbano como planejamento estratégico possuem como estratégia o distanciamento da realidade dos problemas que afetam o território como forma de se atrair a atenção benéfica para os investimentos, sendo feitas intervenções como forma de manutenção dos aspectos básicos e fornecimento de estrutura em busca de fontes de investimento e financiamento externos (HARVEY, 2005).

Assim, a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um "ambiente favorável aos negócios", e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade (HARVEY, 2005, p. 179-180).

O Estatuto da Cidade, criado em 2001, possui o objetivo de regulamentar os artigos da Constituição da República que tratam das políticas urbanas e dispõe, entre tantos assuntos, sobre a "Gestão Democrática da Cidade", estabelecendo a necessidade de criação de órgãos colegiados de política urbana, além da realização de audiências e consultas públicas sobre assuntos que interfiram nas políticas urbanas (BRASIL, 2001).

A luta pelo direito à cidade é um germe da utopia para a conquista do reconhecimento de que os que produzem a cidade querem dela também usufruir. A utopia chama a atenção para o que não existe o direito à cidade ou a cidade como direito -, mostrando a realidade como ela é (RODRIGUES, 2007, p. 84).

A criação do estatuto foi importante para trazer à superfície as desordens existentes em relação ao planejamento urbano, bem como dar maior importância à

cidade real, até então em segundo plano em prol da idealização de como a cidade deveria ser (RODRIGUES, 2004; CYMBALISTA, 2006).

A cidade real, nas grandes aglomerações urbanas, deixa de ser ficção, com o reconhecimento da legitimidade da ocupação de terras para moradia, a possibilidade de legalização jurídica das áreas/imóveis ocupados com a finalidade de morar. Busca-se, assim, garantir a permanência das famílias nas áreas ocupadas, desde que não haja risco de vida para a população ou comprometimento da função social da cidade (RODRIGUES, 2004, p. 13).

Uma das formas de se realizar a política urbana e de desenvolvimento é por meio do Plano Diretor Municipal, ou Plano Diretor Urbano, que irá regulamentar uma série de aspectos da organização urbanística e territorial, devendo ter a participação popular durante a sua criação e ser revisto periodicamente, além de priorizar a função social da cidade, elemento constitutivo em que se deve basear a construção do direito à cidade (CYMBALISTA, 2006, RODRIGUES, 2004; RODRIGUES, 2007).

Que o espaço segregado produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não continue a ser condição de permanência, mas que se torne condição de mudança. [...] É uma utopia do tempo presente que se pretende ultrapassar não num eldorado apartado da realidade, mas num mundo socialmente mais justo com menor desigualdade social (RODRIGUES, 2007, p. 87).

Fazendo uma análise dos últimos Planos Diretores de Vila Velha em relação à região da cidade onde se encontra a comunidade de pesca artesanal de Itapoã, o foco desse estudo, é possível perceber que houve uma alteração no zoneamento da região. Nos Planos Diretores cada zoneamento possui uma regulamentação específica a depender das características e necessidades do local.

Pode-se observar a partir da tabela comparativa a seguir que em 1990, quando criado o Plano Diretor Urbano da época e quando a região estava em grande expansão após a criação da Terceira Ponte, não havia muita preocupação com a altura dos edifícios, principalmente na orla, nem como seria o impacto dessas construções. Já em 2007 houve uma mudança no zoneamento e foram criadas algumas limitações aos novos empreendimentos.

**Tabela 2.** Comparação entre os Planos Diretores Urbanos de Vila Velha.

|                             |                |             |              |
|-----------------------------|----------------|-------------|--------------|
| Lei 2.621/1990 <sup>8</sup> | Lei 4.575/2007 | Lei 65/2018 | Complementar |
|-----------------------------|----------------|-------------|--------------|

<sup>8</sup> Esse é o único Plano Diretor analisado que é anterior à promulgação do Estatuto da Cidade, que aconteceu em 2001.

| Zoneamento <sup>9</sup>                      | ZR1B  | ZOP3  | ZEIP  |
|--|-------|-------|-------|
| Coefficiente de Aproveitamento <sup>10</sup> | 3,0   | 3,5   | _____ |
| Taxa de Ocupação <sup>11</sup>               | 75%   | 60%   | _____ |
| Gabarito <sup>12</sup>                       | _____ | 15    | _____ |
| Altura <sup>13</sup>                         | _____ | 52,6m | _____ |
| Afastamento Frontal <sup>14</sup>            | 3m    | 3m    | _____ |

**Fonte:** Elaborada pela autora com base nos Planos Diretores Urbanos de Vila Velha

Já em 2018, com a aprovação do último Plano Diretor Municipal, essa região de Praia de Itapoã onde está localizada a comunidade pesqueira foi inserida como Zona de Especial Interesse Público. As são regiões consideradas de especial interesse público por sua localização em áreas de uso público ou pela necessidade de implementação de equipamentos públicos e melhorias na região.

Art. 116 Os objetivos das Zonas Especiais de Interesse Público - ZEIP são:

I - garantir a reserva de áreas de espaço livre de uso público;

II - fomentar a qualificação dos espaços públicos municipais; e

III - permitir, em consonância com os desígnios dos moradores, a utilização dos espaços de forma que melhor aprouverem as necessidades da região, desde que cumpridas as finalidades previstas no parcelamento do solo quanto à reserva e destinação de áreas públicas (VILA VELHA, 2018).

Ocorre, porém, que o Plano Diretor de 2018 mudou o zoneamento da região, mas estabeleceu que os critérios e parâmetros urbanísticos das Zonas de Especial Interesse Público seriam regulamentados posteriormente, após a análise e

<sup>9</sup>O zoneamento é a zona do Município aquela região está inserida, e que define quais as regras devem ser seguidas para o edifício.

<sup>10</sup>É um índice máximo que, quando multiplicado pela área do lote, indica a área computável a ser construída, ou seja, a soma das áreas de construção do edifício (VILA VELHA, 2018).

<sup>11</sup>É a área do terreno que pode ser ocupada, de forma horizontal, para edificação (VILA VELHA, 2018).

<sup>12</sup>O gabarito é o limite máximo de pavimentos que podem ser construídos (VILA VELHA, 2018).

<sup>13</sup> É a altura máxima que pode ter um edifício na região (VILA VELHA, 2018).

<sup>14</sup>É o espaço mínimo que deve ser observado entre o edifício e a rua ou área pública à sua frente (VILA VELHA, 2018).

aprovação do Conselho Municipal da Cidade, mas mesmo mais de três anos depois isso ainda não ocorreu.

O planejamento urbano e o zoneamento foram, e continuam sendo, utilizados como forma de segregação, com a criação um distanciamento, seja físico ou social, entre as camadas sociais da população, sendo considerado um urbanismo de risco, “marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção, ou ainda da condição jurídica da posse daquele território” (ROLNIK, 1999, p. 100).

Ou seja, houve uma aparente tentativa de adequação do planejamento urbano à realidade da região, uma vez que é uma localidade em que existe a coexistência de dois grupos sociais distintos, os pescadores artesanais e a população que reside no bairro, principalmente nos edifícios residenciais ao redor, mas existe uma omissão estatal que pode ser preenchida por intervenções e investimentos privados, podendo caracterizar uma exclusão social dos pescadores, uma vez que:

A exclusão social é vista como uma forma de analisar como e porque indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias. A noção de exclusão considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto, não só a falta de acesso a bens e serviços – que significam a satisfação de necessidades básicas –, mas também a ausência de acesso a segurança, justiça, cidadania e representação política (ROLNIK, 1999, p. 101).

O crescimento urbano capixaba acompanhou os ideais capitalistas, com a criação de regiões que funcionaram como vitrines para a atração de capital e investimentos privados. Sendo o mercado imobiliário uma das fontes dessa capitalização da cidade, e as regiões litorâneas um destino considerado ideal para esses novos mercados, as comunidades pesqueiras são diretamente afetadas por essas modificações.

Nos próximos capítulos serão retratadas as peculiaridades da pesca artesanal, bem como a relação dos pescadores com o contexto urbanizado em que estão inseridos.

### **3. PESCA ARTESANAL, COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PESCA**

Neste capítulo busca-se trazer uma melhor caracterização da pesca artesanal não apenas como uma atividade laboral, mas em seu contexto de comunidade tradicional e a sua relação com o espaço ocupado, bem como as políticas públicas de proteção.

A pesca artesanal é uma prática antiga, existindo registro desde a colonização, mesmo que tais registros ficassem aquém dentro do contexto histórico. É, muitas vezes, apontada como uma contraposição à pesca industrial, ou definida como a pesca de pequena escala e baixo rendimento, com pequenas tripulações e embarcações e representa a maior parte da produção do pescado brasileiro, com técnicas antigas e que remetem a técnicas indígenas como originárias, mas também com técnicas portuguesas e espanholas e portuguesas de navegar, pescar e produzir redes (SILVA, 2015, KNOX; TRIGUEIRO, 2015; GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SILVA, 2014).

Normalmente o pescador e a marisqueira também são proprietários das embarcações e petrechos de pesca, além de fazer parte de todo o processo e ciclo da pesca: com a coleta do pescado, seu beneficiamento, a venda, seja em atacado ou varejo, a produção de itens como as redes, além do conserto desses itens e das embarcações (SILVA, 2015, GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SILVA, 2014).

Os pescadores possuem uma relação própria com a natureza e o trabalho com a pesca, possuindo suas significações e modos de vida que formam sujeitos coletivos e individuais singulares que fazem parte do simbólico. Essa relação de um grupo social com o ambiente, natural ou humano, em que há uma simbiose entre os sujeitos e os “elementos bio-físicos e ciclos naturais” (KNOX; TRIGUEIRO; ZANETTI; 2014, p. 28) faz com que qualquer modificação que ocorra no ambiente afete e impacte as relações socioambientais desses grupos.

Ainda, a pesca artesanal pode ser realizada por pescadores autônomos, de forma individual ou em parceria entre familiares e pessoas com relação de amizade e com vínculo gerado pela comunidade. Os petrechos são relativamente simples e a comercialização muitas vezes se dá por meio de intermediários, normalmente

conhecidos como atravessadores, uma vez que normalmente existe a formação de pequenos aglomerados espaçados ao longo do litoral, o que dificulta a formação mais centralizada que pudesse facilitar a comercialização do pescado, sendo uma atividade marcada pela incerteza do seu sucesso (GIANELLA; TORRES, 2020, SILVA, 2015, GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005).

Esses intermediários são importantes como fonte de capital de giro para os pescadores, mas também geram uma relação de dependência, como explicam Garrez e Sánchez-Botero:

A baixa renda do pescador se deve, em parte, à complexidade da cadeia produtiva. Os intermediários muitas vezes atuam como financiadores da atividade de pesca, fornecendo o gelo e materiais necessários às pescarias. Em casos observados, podem inclusive fornecer combustível ou dinheiro, sendo a dívida adquirida pelo pescador normalmente paga com o produto da pescaria. Amparado pela dependência gerada, o intermediário se beneficia pagando pouco ao pescador por quilo da produção. A ausência de agregação de valor ao produto, a qual poderia ser feita através da elaboração / transformação do pescado bruto (fileteamento, defumação, cozimento, etc) é outro fator que não estimula a melhoria de preço pago ao produtor (GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005, p. 11).

Em Praia de Itapoã os atravessadores não possuem um papel de tanta relevância, uma vez que os próprios pescadores realizam o beneficiamento do pescado na faixa de areia da praia e aproveitam o movimento de moradores e turistas para realizar a venda dos produtos. De acordo com João, um dos entrevistados, existem alguns moradores da região de Praia de Itapoã que compram o pescado com certa frequência.

Os pescados obtidos por meio da pesca artesanal representam metade do mercado mundial de pescado, e em cada região brasileira a pesca artesanal possui características próprias a depender dos processos históricos que influenciaram a colonização e urbanização de cada região (SILVA, 2014).

No universo da pesca artesanal normalmente predomina o masculino, com forte separação das atividades pelo gênero. Poucas mulheres realizam a pesca em mar aberto, enquanto a maior parte trabalha com a mariscagem e o beneficiamento do pescado, além das atividades domésticas, de modo que normalmente precisam se dividir entre as tarefas. Essas atividades de apoio, como o beneficiamento do pescado e o reparo dos petrechos, muitas vezes são consideradas de pouca relevância (WALTER; VALENÇA; SILVA, 2013).

A pesca artesanal já foi regulamentada e fiscalizada por diversos órgãos e pastas governamentais: Marinha, Ministério da Agricultura (sub-pasta do Departamento da Indústria Animal), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que era uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. Com a criação do IBAMA em 1989 a SUDEPE é extinta, até ser criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009 (SILVA, 2014).

O período em que a SUDEPE esteve à frente das políticas voltadas para a pesca foi voltado para políticas desenvolvimentistas que iam ao encontro da política desenvolvimentista nacional da época, principalmente durante o período do “milagre brasileiro”. As políticas governamentais foram fundamentais para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento da pesca industrial e a possibilidade de aumentar o poder de pesca das embarcações. Essas políticas, porém, priorizaram a pesca industrial em detrimento da pesca artesanal, que restou marginalizada, além de levar a uma super-exploração do pescado por má gestão dos recursos pesqueiros (AZEVEDO; PERRI, 2014).

Já o IBAMA, após a extinção da SUDEPE, adotou medidas conservacionistas com o objetivo de restaurar e preservar os recursos pesqueiros, com ações menos desenvolvimentistas. Desse modo, ou as políticas públicas eram voltadas para o desenvolvimento da pesca industrial ou para a conservação do pescado, com ações apenas pontuais para os pescadores artesanais, que vão ficando ainda mais marginalizados, além de sofrerem diretamente os danos dos impactos ambientais (AZEVEDO; PERRI, 2014).

A Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, criada pela Lei 11.959/09, foi um marco importante para a pesca artesanal, pautado no desenvolvimento sustentável, bem como na redução da pobreza. A lei estabeleceu que as peculiaridades da pesca artesanal devem ser observadas pelo ordenamento e que toda a cadeia produtiva deve ser levada em consideração, inclusive para fins previdenciários (AZEVEDO; PERRI, 2014).

As políticas públicas, já quase inexistentes, não possuem o alcance esperado. Em relação ao benefício previdenciário, por exemplo, muitas vezes é recusado pelos pescadores artesanais, uma vez que para que se tenha direito a receber o benefício é necessário comprovar a renda exclusiva da pesca artesanal, de

modo que mesmo recebendo o auxílio previdenciário a renda proveniente da pesca não é suficiente para sustentar as famílias dos pescadores. Desse modo, muitos pescadores, como é o caso do Maurício, abrem mão dos benefícios previdenciários para terem mais de uma fonte de renda além da pesca artesanal.

Existem outras diversas atividades econômicas que também ocupam a região litorânea do Espírito Santo, como é o caso da indústria de energia de petróleo, com plataformas *off-shore*, além das indústrias portuária e siderúrgica e do setor turístico, sendo que as atividades portuárias são indicadas como as que mais trazem consequências negativas para a quantidade de pescado em virtude da movimentação dos navios e as frequentes dragagens que “espantam” os peixes e danificam os materiais de pesca (KNOX; TRIGUEIRO, 2015).

Os pescadores passam por crescentes processos de vulnerabilidade socioambiental em decorrência do escasso acesso a políticas públicas, além de sofrerem diretamente pelos impactos ambientais decorrentes de ações das quais não são protagonistas, sendo, além disso, o grupo que possui mais dificuldade de se recuperar dos riscos e desses impactos ambientais (AZEVEDO; PERRI, 2014).

A forma como a pesca artesanal é impactada em sua relação com as políticas públicas, bem como os demais setores que se desenvolvem nas regiões litorâneas, está relacionada com sua característica de comunidade tradicional e o seu vínculo com o território, aspectos que agora serão melhor explorados.

### *3.1. As comunidades de pesca artesanal e sua relação com o tradicional*

A pesca artesanal possui particularidades e uma organização própria que a caracterizam como comunidades tradicionais, possuindo um vínculo dos pescadores com a natureza e os recursos naturais. A pesca, mais que um trabalho, é um modo de vida, com a transmissão do conhecimento através das gerações pelos mestres experientes, pela oralidade. As regras e práticas sociais são alinhadas aos ciclos naturais do local em que estão inseridos, com regras de sobrevivência e manutenção dos recursos naturais, sendo as relações de solidariedade e cooperação fundamentais para a reprodução da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional (GIANELLA; TORRES, 2020; KNOX; TRIGUEIRO, 2015).

A tradicionalidade da pesca artesanal está presente na base comunitária das relações em que existe uma valorização dos sujeitos, incluindo-se a natureza como um sujeito que transcende o grupo ao mesmo tempo em que se relaciona com os membros da comunidade, além da transmissão da arte da pesca através das gerações pela oralidade. A tradicionalidade é encontrada no seu modo de falar, de agir e de se relacionar entre si, uma vez que esses aspectos incorporam os conhecimentos e ensinamentos transmitidos ao longo das gerações (CASTRO, 1998, SILVA, 2015, MENDONÇA; VALÊNCIO, 2007).

Os bens recebidos do passado devem ser remetidos ao futuro, sentido que interroga o princípio de propriedade, a partir de uma compreensão sobre a transitoriedade das gerações e, portanto, de serem os indivíduos e grupos guardiães de um processo de acumulação de saberes e práticas (CASTRO, 1998, p. 9).

O Decreto 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, traz a seguinte definição:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Mesmo com a utilização de ferramentas industrializadas, como é o caso da pesca com o balão, a pesca ainda pode ser considerada artesanal pelo conhecimento empírico do local, bem como pela sua relação com o território, o que permite, por exemplo, saber a localização dos peixes, ou seja, mesmo com as melhorias tecnológicas, como é o caso da utilização de GPS, ainda são mantidos os aspectos característicos da pesca artesanal (KNOX; TRIGUEIRO, 2015; CORREA; VASCONCELOS, 2018).

O termo artesanal faz referência a utilização de artefatos feitos manualmente pelo homem e do seu conhecimento de todas as etapas do processo de produção. Nesta lógica, a pesca está muito além do cumprimento de uma função e mais próxima de um dom artístico (CORREA; VASCONCELOS, 2018, p. 45).

A relação da cultura com o espaço é dinâmica, sofrendo diversas alterações ao longo do tempo. A tradição pode resistir à mudança, mas não significa que seja estática (MENDONÇA, VALÊNCIO, 2007, CORREA; VASCONCELOS, 2018).

São grupos que detêm conhecimento detalhado acerca da diversidade da fauna e flora, uma que possuem uma relação próxima e integrada com a natureza, sendo uma relação complexa, que se expressa de diversas formas em suas relações sociais e com os recursos naturais. Esse conhecimento e as práticas tradicionais, porém, são desvalorizados e desqualificados pelo conhecimento “ocidentalizado”, uma vez que a modernidade, respaldada numa produção técnico-científica, considera improdutivos, retirando o seu sentido e não considerando tais práticas como trabalho (CASTRO, 1998).

Os estudos voltados para a implementação de políticas não consideram o saber tradicional dos pescadores, não havendo, portanto, uma participação ativa dos pescadores, influenciando na qualidade e continuidade da coleta de dados, bem como no reflexo na gestão dos recursos pesqueiros. Em decorrência disso a base de dados sobre a pesca no Brasil, em especial da pesca artesanal, não possui continuidade e estabilidade, o que fica evidente com a estipulação do período de defeso<sup>15</sup>, por exemplo, uma vez que são definidos períodos homogêneos independente da geografia regional e a falta de apuração nas condições biológicas da reprodução das espécies faz com que exista pouca credibilidade na medida, uma vez que as condições de reprodução podem ser diferentes ao longo da região costeira. Não há uniformidade entre os estados quanto à metodologia e análise dos dados, prejudicado também pela instabilidade dos órgãos fiscalizadores ao longo do tempo (KNOX; TRIGUEIRO, 2015, SILVA, 2014).

Mas, no campo de saberes tradicionais, ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações (CASTRO, 1998).

Além disso, as comunidades de pesca sofreram com a marginalização em relação aos processos de tomadas de decisão, uma vez que a criação de medidas governamentais e de políticas públicas foram centralizados no Estado e não envolvem a participação dos pescadores artesanais e não consideram o saber tradicional dos pescadores, trazendo consequências prejudiciais, além de serem políticas públicas pautadas em problemas pontuais, de modo que normalmente não existem políticas

---

<sup>15</sup> O defeso é um período em que as atividades pesqueiras são temporariamente suspensas durante o período de reprodução do pescado com o objetivo de proteção das espécies marítimas. Durante o período de defeso o pescador artesanal que estiver habilitado como pescador profissional tem direito a receber um benefício previdenciário, o seguro-defeso, que é um seguro-desemprego especial (BRASIL, 2019).

públicas de longo prazo, principalmente em relação ao uso sustentável dos recursos (CORREA; VASCONCELOS, 2018, GARCEZ; SÁNCHEZ-BOTERO, 2005; SILVA, 2014).

As políticas públicas criadas para a pesca contrastam com a visão dos próprios pescadores artesanais, uma vez que a sociedade procura estimular a alta produtividade vinculada a uma produção sustentável e eficiente, que não condiz com a pesca de baixa escala, que visa o sustento dos pescadores, além da reprodução de um modo de vida (MENDONÇA; VALÊNCIO, 2007)

Por adotarem um modelo produtivo diferente, com base em outra forma de manifestação do conhecimento que não interessa ao modelo de desenvolvimento hegemônico, os povos tradicionais são considerados invisíveis perante as instituições modernas (CORREA; VASCONCELOS, 2018, p. 42)

O autor Adriano Prysthon da Silva (2014) elenca uma série de vantagens de se levar em consideração os saberes tradicionais nas pesquisas, bem como na gestão participativa, como forma de valorização do conhecimento dos ribeirinhos e a recuperação da autoestima e cidadania dos indivíduos inseridos numa realidade própria, por meio da descentralização das decisões normalmente tomadas pelo Estado, como forma de proporcionar maior protagonismo no desenvolvimento.

A aquisição de informações de forma participativa, além de tornar o processo mais confiável, traz uma série de benefícios, pois: (i) fornece bases para promover pesquisas com apoio local, (ii) ampara a implementação de medidas corretas de ordenamento de acordo com as necessidades dos pescadores, (iii) fornece instrumentos legais de desenvolvimento das comunidades de forma sustentável e participativa, (iv) fortalece as políticas pesqueiras nacionais e o associativismo local, (v) aumenta o grau de envolvimento das comunidades em suas próprias decisões, (vi) fortalece a cidadania, entre outros (SILVA, 2014, p. 20).

Os impactos causados pelas políticas desenvolvimentistas e pelo descaso das políticas públicas em relação aos pescadores gera uma “relação paradoxal”, uma vez que eles se sentem desestimulados a manter e repassar a atividade e os conhecimentos para as próximas gerações, pela falta de reconhecimento. Isso, porém, implicaria em abrir mão de um modo de vida por um emprego formal e uma vida que não giraria em torno da pesca (KNOX; TRIGUEIRO; ZANETTI, 2014).

Em todas as entrevistas realizadas foi um fator comum a vontade das próximas gerações não trabalharem com a pesca artesanal devido a desvalorização da atividade, tanto a desvalorização econômica, que não permite que seja a única

fonte de renda dos pescadores artesanais, quanto à falta de reconhecimento da pesca artesanal como um trabalho e como uma atividade tradicional.

Um fator que aparenta ser essencial para manter os elementos constitutivos da caracterização dos pescadores como grupo tradicional é a preservação dos ecossistemas dos locais em que vivem e exercem suas atividades (GIANELLA; TORRES, 2020).

### *3.2. As comunidades tradicionais e sua relação com o território*

A pesca artesanal mantém suas relações com o espaço e ambiente numa escala local, havendo uma sintonia com os ciclos da natureza e com as espécies encontradas. Essa relação com o espaço físico possui grande importância para a produção da cultura da comunidade, representando uma simbologia que permeia não apenas as relações de trabalho, mas também as demais relações sociais (GIANELLA; TORRES, 2020).

Assim, o conceito de comunidade, do ponto de vista sociológico, é compreendido como processo integrativo de identidade e lugar. Isto é, na comunidade, o grupo se dá conta do território – seus fixos e fluxos naturais, potenciais e limitações de uso - como forma de constituir-se a si próprio, tal como os pescadores artesanais (MENDONÇA, VALÊNCIO, 2007, p. 109).

A organização do trabalho dos povos tradicionais está ligada aos seus rituais, sua sociabilidade como comunidade e a suas manifestações sociais. Esses aspectos são indissociáveis do território, estando vinculados também ao tempo da natureza (CASTRO, 1998).

Seus espaços, produzidos a partir de elementos da dominação e da apropriação, se mostram não só ligados ao concreto, mas também, e talvez principalmente, marcados por uma série componentes simbólicos, ligados ao vivido do dia-a-dia destes povos e, de forma imprescindível, ao valor de uso (GIANELLA; TORRES, 2020, p. 359).

Com a expansão populacional na cidade que se aproximou das regiões litorâneas e, conseqüentemente, para os espaços ocupados previamente pelas comunidades de pesca artesanal, houve a necessidade de adaptação dos pescadores, com a incorporação de novas técnicas, novas ferramentas de trabalho e até formas de organização, mas muitas vezes preservando elementos intrínsecos à sua comunidade, além dos seus conhecimentos tradicionais. Desse modo os pescadores passar a ter a experiência de um modo de vida multiterritorial, ou seja, as características comunitárias e as práticas tradicionais, mas também é agregado o

modo de vida urbano, o que altera a forma de interação dos pescadores com a sociedade, uma vez que se alteraram a moradia, os padrões de geração de emprego e renda, bem como a relação dos pescadores com o urbano (GIANELLA; TORRES, 2020, ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014).

Por se tratar de uma atividade de subsistência os pescadores normalmente possuem baixa escolaridade e são trabalhadores de baixa renda, o que influencia nas moradias, muitas vezes irregulares, que se tornam vulneráveis à desapropriações pelo Poder Público ou ficam mais suscetíveis à venda dos imóveis ao setor privado para a construção de condomínios ou outros imóveis que sejam de maior interesse ao atual sistema imobiliário, uma vez que a região litorânea possui alto valor comercial para o setor imobiliário (ARAÚJO; SASSO; LIMA, 2014).

Existe uma construção de caráter subjetivo sobre a existência de uma hierarquia entre os espaços urbanos e sobre os sujeitos que ocupam tais espaços. Trata-se de um mecanismo para impor a lógica capitalista em seu simbolismo sobre as comunidades. O afastamento do pescador da área mais próxima à praia faz com que ele fique cada dia mais inserido no contexto urbano, alterando sua situação socioeconômica, bem como a inserção em locais de ocupação irregular e em situações precárias, fazem com que exista uma necessidade do pescador de buscar por novas atividades econômicas como forma de sustento da família, de modo que a pesca artesanal passa a ser atividade econômica secundária (GIANELLA; TORRES, 2020, ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014).

As modificações de apenas um setor, como é o caso da construção civil para a construção de segundas residências, pode trazer um impacto local e a vários quilômetros de distância pelas alterações nos ciclos de alimentação e reprodução de várias espécies, que desencadeiam indiretamente em mudanças nos ciclos de outras espécies que se encontram na mesma teia trófica fluvial e marinha. Isso afeta a oferta do pescado, alterando a renda dos pescadores, que acabam por buscar pescados mais jovens (COUTINHO, 2015).

A expansão urbana para as zonas costeiras afeta diretamente os grupos sociais que já residiam ali, como os pescadores, e que não conseguem acompanhar o padrão de consumo dos novos grupos, de modo que a forma como se apropriam do espaço e como se organizam estejam ligados ao processo e ao resultado das transformações ocorridas. Além disso, outro fator espacial é a dissidência entre a

permanência e a remoção dos pescadores, causada pelos agentes de modificação do espaço urbano. A saída dos pescadores e as mudanças no espaço desencadeiam uma “desorganização socioespacial desses povos”, com o rompimento dos vínculos societários e espaciais. Em decorrência disso essas comunidades tornam-se “pobres urbanos”, sentindo a necessidade de adentrar nas relações de trabalho formal e no modo capitalista (GIANELLA; TORRES, 2020, WALTER; VALENÇA; SILVA, 2013).

As disputas e movimentos sociais pelo território vão além da luta do território apenas como espaço físico, mas pela reafirmação e reconhecimento de uma cultura e uma tradição que possuem uma conexão vital com a terra (CASTRO, 1998).

A atividade pesqueira é muito afetada pelos impactos ambientais causados por essas atividades, e em virtude dessas mudanças os pescadores tem sentido a necessidade de adentrar cada dia mais no mar, distanciando-se da costa, além de investir em equipamentos e instrumentos que permitam continuar a atividade. Mas ainda se tratam de barcos de madeira simples, principalmente se comparados com os barcos utilizados pela pesca industrial (KNOX; TRIGUEIRO; ZANETTI; 2014).

Quando existem ações de preservação ambiental e educação ambiental são voltadas para o ambiente macroscópico percebido pelo turista, de modo que seja percebido pelo turista, de modo a valorizar as atividades turísticas. Essas ações, porém, não são realizadas de forma integrada entre os órgãos governamentais, de modo que o descaso com as questões ecológicas e ambientais e a sua consequente degradação faz com o que o local perca o seu potencial turístico, restando apenas as consequências negativas da exploração do turismo. A perda na produtividade da pesca artesanal também possui uma relação com esse impacto no setor turístico (COUTINHO, 2015).

Como visto anteriormente, o crescimento e desenvolvimento urbano no Espírito Santo, especialmente na capital e cidades vizinhas, teve como base políticas desenvolvimentistas, com o incentivo de implementação de grandes indústrias, além das atividades portuárias e petrolíferas. Ou seja, o crescimento de cidades como Vitória e Vila Velha afetou as comunidades pesqueiras diretamente e de diversas formas, uma vez que, além da expansão da malha urbana de maneira não planejada para dentro do território pesqueiro, as principais atividades econômicas que basearam o desenvolvimento dessas cidades são justamente as atividades que mais geram

impactos socioambientais aos recursos pesqueiros e, conseqüentemente, à pesca artesanal.

Um bairro que passou por diversas modificações em decorrência desse desenvolvimento é o de Praia de Itapoã, em Vila Velha, onde se encontra uma antiga comunidade pesqueira, já localizada no local desde antes do processo de urbanização, e local onde ainda resistem, não de maneira intocável, aspectos tradicionais da pesca artesanal, como será demonstrado no estudo de caso.

## 4. COMUNIDADE PESQUEIRA DE ITAPOÃ: ONDE O URBANO E O TRADICIONAL SE ENCONTRAM

A comunidade pesqueira de Praia de Itapoã passou por diversas modificações no seu entorno que influenciaram principalmente as relações dos pescadores com a região e com os novos moradores. Essas mudanças vieram tanto das novas estruturas e novos prédios, quanto das atividades econômicas que trazem impactos ambientais para a pesca. Nas entrevistas vários fatores se repetem nas falas dos pescadores, como veremos a seguir.

### 4.1. Caracterização empírica da comunidade de pesca

A comunidade pesqueira de Praia de Itapoã faz parte da Colônia Z2 e está localizada na região litorânea de Vila Velha – ES, em um bairro predominantemente residencial, assim como os bairros em seu entorno, Praia da Costa e Praia de Itaparica.

É uma comunidade de pesca que conta com uma longa história de existência (e resistência). São diversas gerações de famílias que exercem a pesca artesanal e o beneficiamento do pescado numa região que sofreu diversas modificações ao longo do tempo, com a transmissão do ofício e do conhecimento da pesca entre uma geração e outra de pescadores e marisqueiras.

Rapaz, nós somos nascidos e criado aqui, nós somos da origem de pescadores mesmo, né, tanto a tataravó, com avó, como mãe, como pai, então somos tudo (*sic*) de origem de pescador, então eu sou nascido e criado aqui né (JOÃO).

A pesca praticada na região possui diversos elementos característicos da pesca artesanal, com a utilização de pequenos barcos, sendo que apenas alguns deles constam com motor, e linha com anzol e espinhel, além das redes de espera e de arrasto. É também um local com grande atuação das marisqueiras, principalmente com a pesca e beneficiamento do sururu (MUSIELLO-FERNANDES *et al*, 2018).

Todo o processo de pesca, beneficiamento e venda do pescado é realizado na própria praia. Após as horas passadas no mar os pescadores utilizam as bancadas dispostas na areia para a limpeza dos peixes, além do cozimento do sururu, um dos

carros-chefe da pesca artesanal local, sendo logo comercializado para os moradores da região e turistas que costumam procurar os pescadores para adquirir o pescado.

Mas de mudança não, a gente usa também essa rede de arrastão, mas não igual da traineira, que ela tá (*sic*) em alto mar e consegue tirar toneladas e levar pra outro estado, né. A nossa rede de arrastão ela é rasteira, pela areia, a gente joga e puxa pela areia e traz o peixe e essa é uma atividade mais comum aqui, entendeu? E a retirada do sururu, que não muda o material né? A gente usa a mesma coisa há anos (JOANA, 2021).

É porque nós, pra (*sic*) te falar a verdade pra você, nós descascamos o sururu, arrancamos marisco e nós descascamo na beira da praia, assim mesmo na lata e tal, a menina coloca um pano e tal, tem um pano dentro, pegamos lenha (JOÃO, 2021).

Durante o verão também é comum encontrar placas que divulgam o serviço turístico para as ilhas de Pituã e Itatiaia, que ficam próximas à costa. Quando não estão sendo utilizados para a pesca os barcos levam turistas para conhecer e aproveitar as ilhas, sendo uma atividade comum para complementar a renda das famílias dos pescadores artesanais da região.

Não existe, na Praia de Itapoã, um ponto de desembarque para uso dos pescadores, de modo que a retirada dos barcos é realizada manualmente. Já a rede de arrasto de fundo, muito utilizada, costuma contar, inclusive, com a ajuda de banhistas e turistas, tendo sido uma prática cultural reconhecida pela Polícia Militar Ambiental em nota enviada à matéria veiculada pelo jornal Gazeta Online:

Se a puxada ocorre sob a responsabilidade de pescadores profissionais, com utilização de malha de rede adequada, não há restrição. A participação de pessoas que não são pescadores profissionais nesses eventos é tolerada por ser uma prática cultural que não influencia no resultado (BRASIL *apud* CASTRO, 2018, s. p.).

A comunidade de pesca, por intermédio da colônia de pescadores, realizou acordos e convênios com a Prefeitura Municipal com a intenção de trazer melhorias para os pescadores artesanais e demais moradores, como a construção de um depósito para acondicionar os barcos e petrechos de pesca, por meio de uma elevação no calçadão da praia em frente à sede da Colônia. Além disso, foi realizado um convênio, por meio de lei, para a cessão de um imóvel da Colônia para o funcionamento de uma escola pública municipal, em que o Poder Executivo se compromete a destinar as vagas para as famílias dos pescadores (VILA VELHA, 2009; MUSIELLO-FERNANDES *et al*, 2018).

É uma comunidade pesqueira que vivenciou diversas modificações ao longo do tempo, principalmente durante o processo de urbanização de Vila Velha, mas que ainda mantém suas atividades tradicionais da pesca artesanal na região.

#### *4.2.A coexistência do tradicional e o urbano em Itapoã - Vila Velha, ES, Brasil*

A Colônia de Pescadores de Vila Velha, que possui sede no bairro de Itapoã, está prestes a completar 100 anos de existência em 2024, tempo em que tem sido a forma dos pescadores artesanais organizarem-se no município. Os pescadores artesanais, em especial os de Praia de Itapoã, encontram-se, portanto, há mais de 100 anos realizando a pesca artesanal na região e viram as mudanças que ocorreram em diversos âmbitos.

**Figura 4.** Praia de Itapoã em 1981.



**Fonte:** foto fornecida por Maurício (2021)

**Figura 5.** Praia de Itapoã em 2021.



**Fonte:** acervo da autora, 2021

Exatamente 40 anos separam as Figuras 4 e 5, tendo a primeira sido fornecida por um dos entrevistados, Maurício, e a segunda tendo sido tirada pela autora. Foram grandes mudanças na paisagem e no funcionamento da região devido ao aumento populacional e às intereferências decorrentes dessas mudanças, o que fica evidente nas falas dos entrevistados.

A mudança que nós temos aqui é sobre os prédios né, as origens de como é que era a praia antigamente e agora está sendo a praia né, chegou o asfalto, chegou os prédio (*sic*), entendeu? No qual isso mudou a estrutura da praia de Itapoã, porque então há um movimento de carro, um movimento de pessoas, um movimento de... transitando pra (*sic*) lá e pra cá, no qual atrapalha um pouco a pesca (JOÃO, 2021).

Sim, né, ali o desenvolvimento das grandes imobiliárias, né, até hoje sufoca a comunidade local, é uma realidade ali da comunidade local, né, as grandes imobiliárias aliciando, de certa forma, querendo pagar, querendo que as comunidades vendam os seus terrenos ali, as suas heranças ali dos mais antigos, então tem essa questão que acontece ali (MAURÍCIO, 2021).

Com o passar do tempo as mudanças são inevitáveis, especialmente com o aumento da população e o movimento migratório do campo para a cidade, ocorrido principalmente a partir da década de 1960, assim como com o avanço do desenvolvimento industrial e do mercado imobiliário.

Mais ou menos por aí, 80 né, vamo botar 80, 70, que começou a aumentar isso aí. De 75 a 80 começou a vir essa mudança, começou na década de 70 aí não tem nem asfalto né, não tem nada, é areia mesmo e a gente ficava brincando no meio da areia. Não tinha asfalto, não tinha nada, as casas humilde (*sic*) da vila de pescadores né, que haveria aqui na beira da praia. Hoje em dia, depois da década de 80, cresceu muito, veio asfalto, veio prédio, tá (*sic*) vendo, então cresceu muito Itapoã (JOÃO, 2021).

Em entrevista realizada pelo Projeto Redes de Cidadania em 2019, Sofia informou haver 40 famílias de pescadores residindo próximo à praia e à colônia, sendo que dentro desse grupo existem os pescadores que ainda exercem a pesca no local, além dos seus familiares. Outros pescadores artesanais venderam seus imóveis e mudaram-se para outros bairros próximos, como Divino Espírito Santo e Soteco, em virtude da valorização do valor dos terrenos, mas ainda voltam à praia todos os dias para pescar (SOFIA, 2019; SILVA, 2011).

Durante as entrevistas realizadas durante a pesquisa foi possível perceber a opinião dos pescadores artesanais acerca das mudanças ocorridas no bairro de Praia de Itapoã, diferentes entre si em alguns aspectos, de acordo com as perspectivas de cada um, mas muito semelhantes em vários aspectos. O ponto em comum em todas elas é como a pesca artesanal foi negativamente afetada com as mudanças ocorridas não apenas com o crescimento da população e dos edifícios, mas também das atividades econômicas que influenciam na qualidade da água e do pescado.

Você sente que a praia é o seu quintal, tipo assim né, deve ser por conta do valor muito alto, mas você sente que a praia em frente o seu apartamento é o seu quintal de certa forma, e aí você começa a se incomodar com algumas coisas que acontece (*sic*), entre aspas, no seu quintal (MAURÍCIO, 2021).

Atividades como a pesca industrial, com o uso de grandes embarcações e traineiras, que pescam em alto mar com diversos equipamentos, enquanto os pescadores artesanais possuem uma limitação das próprias embarcações e da lei que apenas permite que a pesca seja realizada até uma certa distância da costa, geram uma disputa díspar, que causam um desequilíbrio e aumentam ainda mais a lacuna da desigualdade.

Além disso atividades como a extração de petróleo, além dos impactos ambientais recentes causados pelos desastres ambientais e a falta de saneamento básico de forma universal, que causa o despejo de esgoto no mar, afetam diretamente o ecossistema marítimo e, conseqüentemente, a oferta e a qualidade de pescado.

Houve uma destruição e o peixe hoje em dia tá (*sic*) sumindo por causa disso aí. Se você tira a lama de um lugar e joga em outro que não é dali, então

aquele peixe que fica ali e que cria ali não vai sobreviver naquela lama. “Ah, mas porque é lama do mar”, é lama do mar, mas é de outro lugar, é um troço que é poluente, nada nada (*sic*) é poluente, até uma lama é poluente, então tá acabando, tá destruindo, tá aparecendo coisas que nunca apareceu (*sic*) aqui na praia, como umas espécies de, como que eu posso falar? De alga, tá (*sic*) me entendendo? Tá (*sic*) aparecendo coisa diferente que nunca apareceu aqui na praia, você tá entendendo? Então nós ‘tamo (*sic*) tendo esse problema aí, agora mesmo botei rede e tive um encontro com um tipo de lama, um tipo de negócio que parecia um canudo. Até mostrei pra (*sic*) uma menina que teve aqui da Petrobras e parecia um canudo, não sei como veio aquilo, creio que deve ser da Aracruz Celulose, um negócio que agarra na rede da gente e destrói e não consegue, tem que tirar a rede fora pra (*sic*) poder secar e pra (*sic*) poder passar uma escova pra (*sic*) poder tirar aquilo da rede, porque cola, cola que você não consegue pegar peixe. Então é coisa que vem mesmo da destruição mesmo do homem (JOÃO, 2021).

A gente não tem aquela.., a gente tinha muita, a pesca aqui era muito variada, você tinha muita coisa e hoje em dia você não consegue, hoje em dia sumiu o peixe. Você vai pescar ali perto do, ali depois das ilhas ali mais próximo dos navio (*sic*), quando joga pra baixo vem uma lama preta estranha. Então o pescador não consegue, quando ele vem, entendeu? Quando a gente consegue passar ali. A gente também tem muita dificuldade de, com o tipo de pesca que não vem daqui, o tipo de pesca proibida, que são as traineiras né, que vem nessa área aqui pesqueira e faz o famoso arrastão de peixe e leva pra outros estados, e a gente não consegue tá tendo esse retorno do peixe aqui, entendeu? (JOANA, 2021).

A pesca industrial é um dos principais pontos de tensão entre os pescadores artesanais, tendo sido um tema de destaque em vários momentos durante as três entrevistas realizadas, seja por considerarem uma pesca predatória, seja por receber mais investimentos, causando uma diferença desproporcional entre as os ganhos dos pescadores.

Além disso a pesca industrial é apontada como um fator de desequilíbrio ambiental, uma vez que, pela falta de fiscalização dos agentes estatais existem excessos cometidos pelas empresas envolvidas que comprometem a reprodução dos pescados, de modo que ao longo das últimas décadas foi percebido pelos pescadores artesanais o desaparecimento ou redução de várias espécies no litoral da Praia de Itapoã.

Então através dessa pesca industriais (*sic*) que ‘tão botando ai fora como alguns barcos industriais que ‘tão trabalhando aí pelo sul, ou Cabo Frio, no sul do Espírito Santo, eles cercam o peixe lá, o peixe vem de lá, eles cercam o peixe lá e acabam não chegando aqui pra nós pescadores artesanais, né. Então a pesca industrial tá invadindo e o pescador artesanal não consegue sair da beira da praia, que espera o cardume vir na beira da praia pra que possa cercar, que é o limite de cem metros, então tá sendo uma pesca, tá sendo uma covardia pra nós artesanal (*sic*) (JOÃO, 2021).

A minha formação como pescador artesanal foi lá no IFES Campus Piúma, né, minha carteira de pescador profissional eu fiz dentro do IFES, e lá dentro a gente conseguimos (*sic*) ter noção até mesmo do porque a sardinha não ‘tá chegando aqui na costa de Itapoã, que é muito rico, a gente descobrimos (*sic*) lá que tem navios de guerra, né, transformado pra pesca industrial com drone, helicóptero e tecnologia de ponta avistando os cardumes lá fora na

navegação oceânica, então antes desse cardume encostar aqui na beira aqui eles já estão cercado com as traineiras, os navios lá (MAURÍCIO, 2021).

Em relação ao crescimento populacional, percebe-se pelas entrevistas que a relação entre os pescadores artesanais e os demais moradores da região não possuem tanto contato, com a exceção de alguns moradores que se dirigem à beira da praia para a compra do pescado, alguns inclusive se demorando em conversas e interações com os pescadores. É inegável, porém, a existência de conflitos entre os pescadores artesanais e uma parcela da população que reside nos edifícios próximos à comunidade pesqueira, uma vez que parte do trabalho relacionado à pesca é a limpeza e o beneficiamento do pescado, o que inclui acender fogueiras para o cozimento do sururu e retirar as entranhas do peixe para a venda, o que causa o mal cheiro e a fumaça, típicos dessa atividade.

Então esse morador começa a se incomodar com algumas coisas. Exemplo: manuseio do mexilhão ali na beira, do sururu, né, os fogões artesanais que são colocados ali, a fumaça que sai dos fogões artesanais ali pra (sic) cozinhar esse marisco, né, o cheiro de peixe, o cheiro das vísceras do peixe, então começa a incomodar. Então a relação, na grande maioria, é uma relação positiva, não vou generalizar, mas existe esse conflito ali também da comunidade, do morador ali do prédio de R\$ 2 milhões de reais, né, de tá ligando pra própria Prefeitura, ou Ministério Público, ou Prefeitura pra que a Prefeitura tome alguma providência pra tirar ou evitar que se coloque fogo ali na beira da praia, que se dê um jeito, entre aspas (sic), no olhar deles né, na sujeira que tá ficando ali da víscera do pescado e coisa e tal, não levando em consideração que antes dele comprar o apartamento, antes de especular de montar um prédio luxuoso ali na frente, já existia as comunidades tradicionais, no caso a comunidade de Itapoã, então esse, essa questão de comunidade pesqueira com os demais ali da comunidade de Itapoã, né, 90% é tranquilo, só que colocando esses 10% ai existe na verdade esse conflito de interesses ali né, porque muitos quer que acaba (sic) a pesca artesanal, quer que acabem aquilo que tá ficando em frente o apartamento deles (MAURÍCIO, 2021).

As denúncias e reclamações acerca do beneficiamento do pescado na orla esbarra diretamente na questão do pertencimento dos pescadores, que sentem que estão sendo expelidos da região aos poucos, mesmo vindo de um espaço que ocupam há diversas gerações.

Então tem algumas pessoas, alguns moradores que criaram até quinzumba com alguns pescadores daqui pelo modo das pessoas tá vivendo (sic), como pessoas marisqueiras que tira (sic) o sururu, eles não querem que nós cozinhamos na beira da praia, coisa que desde... há 40 anos já faz isso na beira da praia, então com pesca aí, artesanal, as pessoas reclamam, 'cê tá me entendendo? (sic). Então são pessoas, não todas, mas até mesmo não querem, querem mudar, querem que saímos daqui, vão na Prefeitura, denuncia. [...] A gente tem que ter o fogo na beira da praia pra (sic) gente cozinhar o nosso marisco, que no qual eles vieram morar aqui e eles tinham que entender que isso já é daqui, tinha que entender que isso já é de origem de Itapuã, é origem da pesca. Então, quer dizer, se eu não quisesse sentir catinga de peixe eu não morava na beira da praia, se não quisesse sentir maresia de peixe eu não vinha pra (sic) beira da praia, eu ia pra (sic) outro

lugar, entendeu? Então há esse problema que eles querem mudar o nosso jeito de viver pra (sic) que eles possa (sic) viver e acho que não é assim, eles tem que entrar aqui em Itapoã e saber que o nosso modo de vida são assim (sic), eles tem que entender isso, entendeu? Não é querer tirar a gente, que hoje em dia eles tão (sic) brigando pra tirar os pescadores daqui (JOÃO, 2021).

Essa parcela da população é pequena, mas suficiente para que existam denúncias para a Prefeitura Municipal de Vila Velha para que a atividade seja interrompida ou que seu local seja modificado com o objetivo de trazer mais limpeza para a praia. Já houve, inclusive, uma exigência da Prefeitura para que o cozimento do sururu fosse realizado dentro do espaço da Colônia, como foi relatado por Marcela numa oportunidade de entrevista para o Projeto Redes de Cidadania.

Agora eles não querem que a gente cozinhe mais aqui. A colônia é um comôdo desse tamanozinho, não sei se vocês tiveram lá (sic) [...]. Eles querem que a gente cozinhe lá e no gás, mas a tradição é do marisco é isso aqui. A tradição do peixe fresco é você ir ali no mar, pegar o peixe e limpar aqui. [...] Ele ali é uma equipe, aquele rapaz ali, eu tenho a minha equipe que trabalha aqui no meio, tem uma outra equipe que trabalha ali, então cada um tendo o seu fogo separado de vez em quando dá uma confusão, aí você imagina todo mundo aglomerado num lugar só (MARCELA, 2019).

Essa mudança, porém, traria um grande impacto financeiro para os pescadores e marisqueiras, uma vez que teria que acrescentar o gás de cozinha aos custos da atividade, além de perder a visibilidade das marisqueiras que permite e facilita a venda do pescado na própria orla da praia, além de ser um espaço pequeno que consta com apenas um fogão industrial (MARCELA, 2019).

Então, assim, hoje em dia esses prédios em volta aqui, igual o pessoal dos marisqueiros, que fazem a retirada do sururu e hoje tem um pouco de dificuldade e tão ai, batendo, na luta contra a vigilância, por quê? Porque o pessoal reclama da fumaça que tá (sic) subindo quando tá fazendo sururu, então o pessoal tá na luta. Só que isso gera uma atração da retirada sururu é você fazer a lenha na beirada da praia e descascar ele, entendeu? Aí vem alguém que chegou agora, 10 anos, não sabe como que é, fica nessa luta aí querendo tirar a tradição da marisqueira aqui, tá (sic) entendendo? Porque, assim, eu vou lá, tiro 10 sacos de sururu, eu consigo tirar 25 quilos em 10 sacos de sururu. Eu tenho que pagar um funcionário que descascaram (sic) pra mim. Pra (sic) descascar 10 saco (sic) de sururu, eu no mínimo teria que usar 3 a 4 botija de gás, então, assim, como que uma pessoa vai usar um gás pra poder tá pagando os funcionários, entendeu? Tirando o seu dinheiro pra levar pra dentro de casa. É uma coisa que, a gente tem essa luta aí, sabe? (JOANA, 2021).

As ações da Prefeitura Municipal de Vila Velha para a pesca artesanal de Praia de Itapoã normalmente são pontuais e não possuem uma continuidade para a sua manutenção. Como já analisado em capítulos anteriores, se analisarmos historicamente, as políticas públicas são habitualmente voltadas para a pesca industrial, que possuem maior retorno econômico e, conseqüentemente, possuem

prevalência sobre os investimentos públicos e privados, o que reflete diretamente em comunidades como a de Praia de Itapoã.

Mas tem muita coisa aqui por descaso, assim, aqui onde tem a guarda das embarcações, virou um lugar que acumula rato, porque tem muitos anos que fica ali e não tem uma reforma, não tem nada e os ferro aqui da passarela 'tá (sic) muito perigoso, muito perigoso. Esses dias caiu uma menina de nove anos, a sorte é que foi pro (sic) lado da praia, mas se cai pro lado do asfalto e o carro vem, entendeu? Então tem certas coisas que... não tem um banheiro químico, os pescador (sic) não tem nada, tá entendendo? Então assim, fica difícil, certas coisas quando é a gente, quando é algo negativo "ah porque tem que tirar porque fede" "porque tem que tirar", tá entendendo? E que, quando a gente precisa, a gente tem o Projeto Redes que ajuda aí, dá uma moral a gente aí de vez em quando e tal, mas as autoridade (sic) mesmo não querem saber das pessoa aqui, eles não..., a gente não tem nada, assim, que o pescador tenha que o pescador mesmo conquista, porque não tem nada da Prefeitura não, nenhuma ajuda do bairro (JOANA, 2021).

Nada contra a pesca industrial, sei da importância da pesca industrial também, né, da economia do estado, do município, mas não tem políticas públicas pra que defenda o menor, né, e dê oportunidade do maior 'tá trabalhando (sic) (MAURÍCIO, 2021).

Pelos relatos as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal, portanto, são insuficientes e ineficientes. Além das poucas ações para a manutenção de um ambiente saudável, os benefícios previdenciários devido aos pescadores durante os períodos de defeso não são suficientes para arcar com os custos básicos da família, uma vez que é necessário que a pesca seja a única fonte de renda para que o pescador esteja qualificado para o recebimento.

Aqui, interessante naquela pergunta que você falou da questão da renda, né, direta da pesca, né, porque que eu falei que hoje em dia não é uma renda diretamente da pesca, até mesmo porque não dá, mas por conta disso também, é, de não tá recebendo, se a renda da pesca não tá direcionada diretamente pra pagar todas as minhas contas como pescador artesanal participante da comunidade pesqueira também, é interessante porque a legislação da pesca artesanal, do pescador artesanal, pra você 'tá recebendo (sic) alguns benefícios do governo, né, você tem que ser direcionado, a sua renda tem que ser 100% da pesca artesanal pra você 'tá recebendo (sic) esse tipo de benefício, né, esses benefícios. Então, por ter esse entendimento também, muitos dos benefícios que cabe ao pescador artesanal eu abri mão também, né, entendendo que se ficar só com essa renda aqui, por mais que tenha o benefício 'x', não vai dar pra mim me cuidar (sic) e cuidar da minha família, porque é pouco, é muito pouco, então eu preferi abrir mão dos benefícios para pescador artesanal, abrir mão dos benefícios, mas tentar mapear algum tipo de renda dentro do contexto, no caso esse turismo artesanal, com as embarcações artesanais, em cima das ilhas onde a gente tira marisco pra complementar a renda também (MAURÍCIO, 2021).

O retorno financeiro da pesca artesanal tem sido mais um ponto de desgaste para os pescadores, ficando mais evidenciado se comparado com a pesca industrial, que possui grande potencial pela produção em larga escala, além da valorização do bairro, de modo que se torna cada dia mais difícil fazer com que a pesca seja suficiente para a sobrevivência do pescador.

Eu até mesmo to sobrevivendo só da pesca, né. Até então eu tenho a minha esposa tem vez que me ajuda, tem vez que ela faz faxina fora pra (sic) que possa contemplar ou até mesmo ajudar financeiramente, entendeu? Vejo uma coisa difícil, até então, tá (sic) vivendo da pesca, mas estamos conseguindo empurrar com a barriga, que a gente fala né? E empurrando com a barriga e sobreviver, devagarzinho, 'tá (sic) indo devagarzinho, mas tem que ter algumas coisas fora pra nos ajudar, porque quando bate aí no inverno fica difícil pra você conseguir comer e beber daqui da praia aqui, tá entendendo? É uma coisa que você não consegue sobreviver mesmo, só mesmo pra (sic) você pagar sua água e sua luz, e olha lá quando dá pra comer [...] Porque no verão a gente, tem pescador que fala que o pescador ganha no verão pra comer no inverno, no verão a gente consegue juntar um pouco de dinheirinho pra que possa no inverno você conseguir administrar aquilo ali e poder sobreviver, vamo (sic) botar como todo o resto, né, porque é difícil, no inverno é muito difícil. Tem vez que você fica meses sem trabalhar, sem você ir dentro d'água, porque o mar fica revoltado, a maré 'tá (sic) ruim, o peixe some, então tem certos meses que o peixe é muito difícil e 'tamo (sic) passando por isso agora, entendeu? (JOÃO, 2021).

Hoje em dia a gente não consegue tá sobrevivendo (sic) dessa pesca aqui. Tem gente da minha família aqui que segue insistindo na pesca, entendeu? Trabalha também porque a gente tem o passeio nas ilhas. Só que hoje em dia não tem como sobreviver com isso, então a gente procura fora desse ramo de pesca. Hoje em dia... Antes, eu vou falar assim, até uns 10, 20 anos atrás a gente conseguia tá sobrevivendo (sic) e era muito bom, mas hoje em dia a gente não consegue sobreviver com o que foi criado, na verdade (JOANA, 2021).

Desse modo muitos pescadores artesanais da região precisaram diversificar a fonte de renda, motivo pelo qual os passeios às ilhas se popularizou nos últimos anos, além da prestação de outros serviços como forma de complementação da renda. Aliado a isso a falta de reconhecimento da pesca artesanal como uma atividade essencial e a sua tradicionalidade também tem sido um fator de esgotamento para os pescadores.

A gente gosta de comer o sururu, gosta de comer uma moquequinha, mas é uma coisa que eles não dão valor, a gente chega aqui de alto mar, eu tenho umas imagens pra (sic) te mostrar, como que é perigoso você tá (sic) ainda lá em alto mar e fazer essa retirada, entendeu? Seria bom mostrar, porque, assim, o pessoal não sabe como que é feito esse trabalho e conhece só pela internet e botar o sururu pra (sic) cozinhar nas latas aqui com a lenha e descascar, mas não conhecem, geralmente, a retirada, entendeu? (JOANA, 2021).

A pesca artesanal é uma atividade que perdura durante várias gerações, no caso de Praia de Itapoã com registros de mais de cem anos, mas quando questionados sobre as próximas gerações os pescadores relatam que não se sentem confortáveis com os filhos dependendo da pesca, uma vez que é uma atividade desgastante que traz poucos recursos financeiros.

Só que, se me perguntar, se eu queria que minha filha se envolvesse com as atividades pesqueiras da comunidade e com a tradição pra sobreviver, eu não ia querer, porque hoje em dia você não consegue tá sobrevivendo, é muito pouco, muito na "mesmice" fica parado ali e, assim, o que eu trabalho com sururu e com o passeio nas ilhas, e nas ilhas a gente consegue fazer isso ao

verão, né e depois dá uma parada, então é só o verão, e o sururu a gente fica 6 meses trabalhando com ele e 6 meses do ano sem trabalhar com ele, tá entendendo? Então, assim, é uma coisa que é época em que você vai ganhar dinheiro ali, mas vai ter uma parte que você vai ter dificuldade, que você não vai ter pra (sic) poder tirar, não vai ter o passeio pra (sic) poder fazer, você não ter a retirada do sururu, entendeu? Então tem que botar pra (sic) estudar (JOANA, 2021).

então hoje é impossível eu querer que o meu filho engaje na pesca artesanal por conta das dificuldades, por conta de entender que hoje em dia você sobrevive mas não vive de pesca artesanal mais, né, então como qualquer outro pai você quer o melhor pro seu filho. Eu gostaria muito que eles tivessem, que através da pesca eles conseguissem entrar algum recurso pra (sic) que ele conseguisse instituir uma família, mas hoje não é a realidade, ainda mais na pesca caracterizada da comunidade pesqueira de Itapoã (MAURÍCIO, 2021).

Acho que pra mim é prazeroso, tá, porque como a gente fala, né rapaz, a gente viveu um tempo onde, de boas novas, um tempo de bem, agora pra nós queríamos, se possível, que o filho seguisse, mas é impossível a gente da pesca conseguir sustentar, conseguir sobreviver só da pesca, porque por causa da destruição que tá vindo, da poluição que está vindo, o ser humano hoje em dia está destruindo a natureza, né, então eu mesmo seria prazeroso (sic), queria muito que ele pudesse ficar na pesca, mas, pelo outro lado, vai ver financeiramente não está conseguindo. Nós não estamos conseguindo sobreviver da pesca (JOÃO, 2021).

A pesca artesanal em Praia de Itapoã, portanto, mantém viva as suas tradições, mas os diversos obstáculos e percalços, principalmente de origem econômica, advindos de diversos fatores, geram um desgaste aos pescadores artesanais que impacta diretamente a próxima geração de pescadores da região.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das cidades e o seu processo de urbanização tem diversos fatores e agentes, sendo uma criação coletiva permeada pelas relações sociais e pela circulação do capital. É um processo contínuo, com mudanças constantes, de modo que é comum perceber a coexistência de momentos distintos da mesma cidade.

O desenvolvimento econômico do Espírito Santo nas últimas décadas baseou-se no investimento da atividade industrial e, mais recentemente, na produção de *commodities* para exportação. Os investimentos públicos, num geral, concentraram-se na criação de infraestrutura necessária para a atração de capital privado por meio de empresas, de modo que o território passa a ser uma “vitrine” como forma de incentivo de escolha do local para investimento de capital privado.

A cidade deixa de ser elemento puramente de reprodução do capital, passando a ser também mercadoria a ser comercializada. O turismo, por exemplo, pode ser uma boa ferramenta para a criação da imagem que se pretende criar da cidade-destino para o capital privado, valorizando o espaço urbano.

O bairro de Praia de Itapoã tem diversos elementos que podem ser considerados favoráveis para a criação de uma imagem benéfica para a capitalização, principalmente para o mercado imobiliário: é um bairro residencial, litorâneo, e de fácil acesso para os demais bairros e para a capital capixaba, por meio da Terceira Ponte, de modo que há grande especulação sobre o seu potencial turístico e econômico, que reflete no valor imobiliário da região.

A existência da comunidade pesqueira de Praia de Itapoã pré-existe ao processo de urbanização do bairro, intensificada a partir da década de 1980, sendo uma comunidade que ocupa a região há diversas gerações, no que antes já era conhecida como a Vila dos Pescadores. A prática da pesca artesanal passada entre uma geração e outra se mantém com poucas modificações na sua execução, uma vez que apenas poucos pescadores aderiram a tecnologias como o barco a motor, por exemplo.

Nesse processo de urbanização e de busca pela criação de uma imagem de bairro próspero e convidativo para novos empreendimentos a pesca exerce uma dupla interpretação. Ao mesmo tempo que possui uma função positiva para o turismo,

com a venda de pescado fresco na praia e passeios de barco para as Ilhas de Pituã e Itatiaia, que atraem turistas e locais, a pesca artesanal é considerada por um muitos um motivo de desordem e sujeira da praia.

Como foi muito ressaltado durante as entrevistas, a pesca artesanal que é desempenhada em Praia de Itapoã sofreu poucas modificações ao longo das décadas, com o beneficiamento do pescado e cozimento do sururu para a comercialização na própria praia. As pessoas que se mudaram para os edifícios que foram sendo construídos ao redor da comunidade pesqueira o fizeram com o conhecimento de que a atividade pesqueira era praticada, bem como do modo tradicional como o pescado é preparado para a venda.

Maurício, durante a sua entrevista, salienta que os moradores dos edifícios passam a ver a praia como o seu “quintal”, ou seja, como uma extensão da própria residência como o seu local de lazer e exercício, ignorando ou com desconsideração à ocupação do espaço pelos pescadores artesanais.

Pelos relatos dos pescadores, porém, o maior empecilho atual é o fato da pesca artesanal ser uma atividade que não traz segurança financeira para os pescadores, de modo que poucos são os que conseguem viver exclusivamente da pesca e dos benefícios previdenciários como o Seguro Defeso.

Os desastres ambientais, a poluição e a pesca predatória são algumas das influências negativas, além de atividades como a extração de petróleo e a atividade portuária, que afetam a oferta de pescado. Com a diminuição do que é possível pescar, combinado com o aumento do custo de vida ao longo dos anos, principalmente em um bairro como Praia de Itapoã, a renda da pesca não é suficiente para sustentar as famílias, sendo o principal motivo relatado para que os entrevistados não estimulem as próximas gerações a permanecer na pesca.

Num contexto onde são priorizadas as atividades que trazem maior retorno financeiro e econômico, a pesca artesanal está longe de ser uma prioridade de investimento em políticas públicas ou privadas. O modo de produção tradicional empregado pelos pescadores artesanais não acompanha as demandas impostas pelo sistema capitalista, de modo que os pescadores artesanais acabam subjugados a buscar outras formas de complementar a renda fora da pesca artesanal como forma de sobrevivência.

Os entrevistados relataram durante as entrevistas que a parcela da população do bairro de Praia de Itapoã que ativamente opõem-se ao desempenho da prática tradicional relacionada à pesca artesanal representa um percentual pequeno da população do bairro, mas suficiente para que existam cobranças inclusive do Poder Público por parte de agentes municipais da Prefeitura Municipal.

Relatam, inclusive, discrepâncias entre as fiscalizações realizadas aos pescadores artesanais e aos que estão na pesca industrial, que para os entrevistados evidencia uma diferença no tratamento dispensado a cada grupo.

Pelo que foi exposto durante as entrevistas os pescadores artesanais não possuem objeções quanto a conviver em um ambiente urbanizado, entendendo ser possível a coexistência da prática tradicional da pesca e um ambiente urbano, mas que sofrem com os processos de fragilização e invisibilização causados pelo descaso e pela falta de reconhecimento da comunidade pesqueira como um grupo tradicional que ocupa o território desde antes de se tornar um bairro urbanizado.

Um ponto muito levantado durante as entrevistas foi de como as reclamações em relação aos pescadores e à atividade pesqueira parte de alguns poucos moradores, mas mesmo assim como uma pequena quantidade de pessoas consegue trazer mais impactos do que uma maioria que não se incomoda com os aspectos da pesca artesanal. Mas como um pequeno número de pessoas, em um período de 40 anos do processo de urbanização, consegue trazer tantas consequências mais de um século e diversas gerações de tradição.

A partir disso é possível apreender que a comunidade pesqueira de Praia de Itapoã, mesmo que inserida e com atividades tradicionais que coexistem com o meio urbano, é afastada e apartada da realidade urbana, uma vez que é impraticável que os pescadores artesanais sobrevivam unicamente da pesca, de modo que foi necessário que os próprios pescadores se adaptassem ao modo de vida urbano, precisando ceder a um modo de vida que corresponda às demandas do sistema capitalista com o intuito de sobrevivência.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. X. de; SASSI, R.; LIMA, E. R. de. Pescadores Artesanais e pressão imobiliária urbana: Qual o destino dessas comunidades tradicionais? **Revista de Gestão Costeira Integrada**, vol. 3, n. 14, p. 429-446. 2014. Disponível em: <[http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-482\\_Araujo.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-482_Araujo.pdf)>. Acessado em: 14 fev 2020.

AMICO, A. S. Os grandes aparelhos culturais como fator de legitimação da Cidade Mercadoria: o Projeto Porto Maravilha. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, 2018, João Pessoa. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. Disponível em: [http://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1531866623\\_ARQUIVO\\_eng2018\\_vfinal.word.pdf](http://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1531866623_ARQUIVO_eng2018_vfinal.word.pdf) Acesso em: 31 mai 2021.

AZEVEDO, N. T.; PERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 32, 2014, p. 61-80.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Período de Defeso**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/pesca/periodo-defeso>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 05 fev. 2021.

BITTENCOURT, G. **Indústria: A Modernização do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. B. A Evolução Recente da Economia do Espírito Santo: Um Estado Desenvolvido e Periférico? 37º Encontro Nacional de Economia, 2009, Foz do Iguaçu. **Anais do 37º Encontro Nacional de Economia**. Foz do Iguaçu: ANPEC.

CAMPOS JÚNIOR, C. T.; GONÇALVES, T. M. Produção do Espaço Urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza vol. 8, n. 17, 2009, p. 69-78.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A Construção da Cidade: Formas de Produção Imobiliária em Vitória.** Vitória: Florecultura, 2002.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. **Papers do NAEA**, v. 92, 1998.

CASTRO, L. Tradicional puxada de rede em Itapoã gera polêmica nas redes sociais. **Gazeta Online**, 29 jan. 2018. Disponível em: [https://www.gazetaonline.com.br/eu\\_aqui/2018/01/tradicional-puxada-de-rede-em-itapoa-gera-polemica-nas-redes-sociais-1014116654.html](https://www.gazetaonline.com.br/eu_aqui/2018/01/tradicional-puxada-de-rede-em-itapoa-gera-polemica-nas-redes-sociais-1014116654.html). Acesso em: 27 jun. 2021.

CELANTE, S. S. A. **Gentrificação: Impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de Itapoã - Vila Velha - ES.** 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2014.

CHALHUB JÚNIOR, J. A. **O Imaginário da Cidade no Pacto Socioambiental de um Plano Diretor Municipal: O Planejamento Urbano e a Lei em Vila Velha / ES - 1948/2008.** 2009. 346 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CYMBALISTA, R. Política urbana e regulação urbanística no Brasil – conquistas e desafios de um modelo em construção. *In*: BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 279-300.

COUTINHO, S. F. S. Pesca artesanal e atividades turísticas: complementaridades e conflitos. *In*: KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. **Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal.** Vitória: EDUFES, 2015, p. 85-110.

CORREA, R. L. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Geosul**, vol. 8, nº 15, 1993, p. 13-18.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidades de Pescadores Artesanais no estado Do Rio Grande Do Sul, Brasil. **Atlântica (Rio Grande)**, v. 27, n. 1, p. 17-29, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/atlantica/article/view/2201>>. Acessado em: 01 dez. 2020.

GAVA, T. M. **Do Privado ao Público num contexto de injustiça ambiental: um estudo de duas comunidades às margens do Canal da Costa – Vila Velha (ES,**

Brasil). 2016. 260 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2016.

GIANELLA, L. C.; TORRES, R. B. Produção do Espaço Urbano e Populações Tradicionais: um olhar sobre os pescadores artesanais da zona costeira brasileira. **Revista de Geografia**, v. 37, n. 2, 2020, p. 343-364.

HARVEY, D. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In*: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, 1980

IBGE. **Censo Demográfico 1990**. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Indicadores Socioeconômicos dos Bairros dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Censo Demográfico 2010**. Vitória, 2012.

ITAPOÃ surgiu do sítio Apicum do Poço. **A Tribuna**, Vitória, p.8, 27 dez. 2006. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/340521>. Acesso em: 27 jun. 2021.

JOANA. **A pesca artesanal em Praia de Itapoã**. Entrevista concedida à autora. Vila Velha, 10 jun. 2021.

JOÃO. **A pesca artesanal em Praia de Itapoã**. Entrevista concedida à autora. Vila Velha, 20 mai. 2021.

KNOX, W.; TRIGUEIRO, A.; ZANETTI, D. Os impactos socioambientais do desenvolvimento econômico na pesca artesanal: uma análise a partir dos modos de vida e de trabalho. **Revista Guará**. N 2. 2014. p. 24-34. Disponível em: <<http://teste.periodicos.ufes.br/guara/article/view/9825>>. Acessado em: 18/02/2020.

KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. A Pesca Artesanal no Litoral no ES. *In*: KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. **Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal**. Vitória: EDUFES, 2015, p. 17-49.

LAGO, L. C. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p. 9-28.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. Prefácio – A Produção do Espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/nvGYw5bknwgkcZ6QTrjyWv/?lang=pt> Acesso em: 17 mai 2021.

MARCELA. **A pesca artesanal em Praia de Itapoã**. Entrevista realizada pelo Projeto Redes de Cidadania. Vila Velha, 27 jun. 2019.

MATOS, P. de O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. 203 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAURÍCIO. **A pesca artesanal em Praia de Itapoã**. Entrevista concedida à autora. Vila Velha, 17 mai. 2021.

MENDONÇA, S. A. T.; VALÊNCIO, N. F. L. S. O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 107 - 116, 2008.

MIRANDA, R. S. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 28, n. 1, 2013.

MUSIELLO-FERNANDES, J. Pesca artesanal e as interferências sobre a atividade na mesorregião central do Espírito Santo. **Bol. Mus. Biol. Mello Leitão**, v. 40, n. 1, p. 1-21, 2018.

OLIVEIRA, E. G.; MOREIRA, G. X.; LYRA, R. De M. Caracterização das Ocupações Desordenadas nos Municípios de Vitória e Vila Velha - ES: Um Estudo das Favelas e Loteamentos Irregulares. Encontro de Geógrafos da América Latina, X, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade São Paulo, 2005, p. 10931-10953.

PELLISSARI, A. S; GONZALEZ, I. V. D. P.; VANALLE, R. M. Competências gerenciais: um estudo em pequenas empresas de confecções. **REAd. Rev. eletrôn. adm**. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 149-180, Apr. 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112011000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112011000100006&lng=en&nrm=iso). Acessado em 02 nov 2020

PEREIRA, L. M. **Modelo de formação de preços de commodities agrícolas aplicado ao mercado de açúcar e álcool**. 2009. (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RAMOS, D. R. **A Invenção da praia e a produção do espaço**: Dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RAMOS, L. L.; PALHANO, P.; RAMOS, S. Análise dos espaços de equilíbrio ambiental da região central de Vila Velha – ES. **Paisagem e Ambiente**, v. 30, n. 43, p. e148365, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/148365>>. Acessado em: 07 mai 2020.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrópole**, n. 12, 2004, p. 9-25.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais – A luta pelo Direito à Cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 13, n. 4, 1999.

RONCHI, P. **Expansão urbana e o programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana da Grande Vitória**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTOS, J. M. **Vila Velha**: onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história. Vila Velha, ES: Ed. do Autor, 1999.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, p. 15-26, 1999.

SARTÓRIO, F. D. V. **Uma geopolítica do urbano:** Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Geografia, UFES. Vitória, 2012.

SCHAYDER, J. P. **História do Espírito Santo:** Uma abordagem didática e atualizada (1535-2002). Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2013

SOFIA. **A pesca artesanal em Praia de Itapoã.** Entrevista realizada pelo Projeto Redes de Cidadania. Vila Velha, 09 abr. 2019.

SILVA, A. P. **Pesca artesanal brasileira:** Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, C. A. DA. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar os eventos. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 1, p. 2–19, 2015.

SIQUEIRA, M. da P. S. A Questão Regional e a Dinâmica Econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6, ano VI, nº 4, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/vol21msiqueira.php>. Acesso em: 20 set. 2020.

SIQUEIRA, M. da P. S.; NICO, F. V. Urbanização da cidade e nova concepção portuária: a trajetória compartilhada pela cidade e porto de Vitória na construção do progresso e de identidades. **III Congresso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica**. Disponível em: <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/Jornadas/iii-cladhe-xxiii-jhe/>. Acessado em: 02 nov 2020.

TAGARRO, H. A. F. **A Formação Histórica e Geográfica do Bairro Dom João Batista, Vila Velha/ES (1980-2016)**. 2018. 66f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

VALFRÉ, L. G.; RIOS, G. L. A Auto-Segregação Espacializada: O Surgimento de Grandes Condomínios Fechados Em Vila Velha – ES. Simpósio Nacional de Geografia Urbana, XVI, 2019, Vitória. **Anais do XVI Simpósio Nacional de**

**Geografia Urbana.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019, p. 1802-1816.

VASCONCELOS, F. N.; CORRÊA, F. R. Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica. *In*: BLANC, M. V; VASCONCELOS, F. N. (org.) **Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: do público ao político e algumas representações sociais.** Coleção Debate Social, vol. 5. Vitória: Editora Milfontes, 2018.

VILA VELHA. **Lei nº 2.621 de 20 de novembro de 1990.** Dispõe sobre o Planejamento e Desenvolvimento Urbano no Município de Vila Velha, Institui as Normas de Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá Outras Providências. Vila Velha, 1990. Disponível em:  
<<http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L26211990.html>>. Acessado em: 17 dez. 2019

VILA VELHA **Lei nº 4.575 de 26 de novembro de 2007.** Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) e dá Outras Providências. Vila Velha, 2007. Disponível em:  
<<http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L45752007.html#a426>>. Acessado em: 17 dez. 2019

VILA VELHA **Lei Complementar nº 65, de 09 de novembro de 2018.** Institui a Revisão Decenal da Lei Municipal Nº 4.575/2007 que Trata do Plano Diretor Municipal no Âmbito do Município de Vila Velha e dá Outras Providências. Vila Velha, 2018. Disponível em:  
<<http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/C652018.html#a370>>. Acessado em: 17 dez. 2019

VILA VELHA **Lei Orgânica nº 01, de 25 de outubro de 1990.** Vila Velha, 1990. Disponível em:  
<<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/O11990.html>>. Acessado em: 11 mai. 2020.

VILA VELHA. **Lei nº 4.760 de 04 de fevereiro de 2009.** Vila Velha, 2009. Disponível em:  
<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L47602009.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

WALTER, T.; VALENÇA, M.; SILVA, P. Qual o elo mais frágil da cadeia produtiva do pescado? Uma análise sobre o processo de expulsão das mulheres que atuam na pesca artesanal na região metropolitana de Recife/PE. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>>. Acessado em: 05 jan 2021.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

Data da entrevista:

Nome:

Nome utilizado na dissertação:

Questionário:

- 1) A sua família está inserida na comunidade há muito tempo?
- 2) Quais foram as principais mudanças na região ao longo da sua vida?
- 3) Caso tenha filhos/netos, como é a relação de passar para a nova geração os conhecimentos recebidos sobre a pesca e outras práticas da comunidade?
- 4) Como é a relação dos membros da comunidade pesqueira, dentre pescadores e familiares, e a população que reside nas imediações?
- 5) Como é a sua relação com a pesca artesanal?
- 6) Tem algo que você gostaria de falar a mais sobre como é a vida do pescador artesanal na Praia de Itapoã?